
Statkraft
Investimentos Ltda.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Cotistas
Statkraft Investimentos Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Statkraft Investimentos Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Statkraft Investimentos Ltda. e da Statkraft Investimentos Ltda. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Ênfase

Processos investigativos

Conforme descrito na Nota 21, suas controladas, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional



Statkraft Investimentos Ltda.

Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

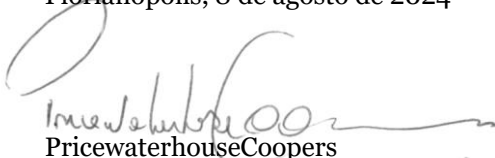


Statkraft Investimentos Ltda.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 8 de agosto de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

STATKRAFT INVESTIMENTOS LTDA. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.913	3.671	644.530	742.867
Aplicação financeira restrita	6	-	-	5.206	-
Contas a receber	7	-	-	208.869	162.392
Partes relacionadas - AC	9	-	377	1.570	1.328
Dividendos a receber	9	18.097	9.185	16.051	12.633
Tributos a recuperar		7.073	2.247	64.123	34.204
Estoques		-	-	14.833	14.039
Repactuação de risco hidrológico		-	-	380	1.063
Contratos de comercialização de energia	8	-	-	318.257	302.693
Outros ativos		14.450	-	24.157	18.034
		<u>43.533</u>	<u>15.480</u>	<u>1.297.976</u>	<u>1.289.253</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda		-	-	15.047	16.633
Total do ativo circulante		<u>43.533</u>	<u>15.480</u>	<u>1.313.023</u>	<u>1.305.886</u>
NÃO CIRCULANTE					
Aplicação financeira restrita	6	-	-	55.299	24.082
Contas a receber	7	-	-	28.212	25.334
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	1.143	43.134
Repactuação de risco hidrológico		-	-	1.255	1.635
Contratos de comercialização de energia	8	-	-	406.461	278.579
Outros ativos		-	-	7.977	6.332
Propriedades para investimento	10	-	-	1.542	2.239
Investimentos ao valor justo	11	-	-	7.322	7.571
Investimentos	12	5.584.045	3.304.891	111.447	102.785
Imobilizado	14	215	218	5.943.271	3.840.611
Intangível	15	-	984	1.269.495	894.776
Total do ativo não circulante		<u>5.584.260</u>	<u>3.306.093</u>	<u>7.833.424</u>	<u>5.227.078</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>5.627.793</u></u>	<u><u>3.321.573</u></u>	<u><u>9.146.447</u></u>	<u><u>6.532.964</u></u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	197	17	174.927	121.733
Financiamentos e debêntures	17	-	-	271.660	184.165
Partes relacionadas	9	2.096	2.102	24.162	3.659
Concessões a pagar	18	-	-	14.598	15.714
Salários e encargos sociais		-	-	25.909	15.599
Arrendamentos	29	-	-	4.088	6.018
Tributos a recolher	19	3.127	1.574	68.037	12.902
Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	2.563	5.268
Contratos de comercialização de energia	8	-	-	260.530	348.148
Dividendos a pagar	9	-	-	-	2.111
Outros passivos	20	-	7	53.027	16.334
Total do passivo circulante		<u>5.420</u>	<u>3.700</u>	<u>899.501</u>	<u>731.651</u>
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e debêntures	17	-	-	1.863.602	1.164.850
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	139.747	151.508	301.450	233.544
Concessões a pagar	18	-	-	90.736	98.002
Provisão para perda em investimentos		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	6.907	780
Tributos a recolher	19	-	-	1.025	925
Contratos de comercialização de energia	8	-	-	448.293	350.491
Provisão para remoção de imobilizado	14.a	-	-	27.116	26.495
Arrendamentos		-	-	14.517	11.467
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	21	-	-	7.561	17.669
Outros passivos	20	110.263	105.881	113.376	108.668
Total do passivo não circulante		<u>250.010</u>	<u>257.389</u>	<u>2.874.583</u>	<u>2.012.891</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22	5.232.443	3.057.291	5.232.443	3.057.291
Ajuste de avaliação patrimonial		(19.832)	(19.754)	(19.832)	(19.754)
Reserva de capital		(141.601)	-	(141.601)	-
Reservas de lucros		<u>301.353</u>	<u>22.947</u>	<u>301.353</u>	<u>22.947</u>
		<u>5.372.363</u>	<u>3.060.484</u>	<u>5.372.363</u>	<u>3.060.484</u>
Participação dos não controladores		-	-	-	727.938
Total do patrimônio líquido		<u>5.372.363</u>	<u>3.060.484</u>	<u>5.372.363</u>	<u>3.788.422</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>5.627.793</u></u>	<u><u>3.321.573</u></u>	<u><u>9.146.447</u></u>	<u><u>6.532.964</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT INVESTIMENTOS LTDA. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicati	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receita Operacional Líquida					
Receita Do Fornecimento De Energia Elétrica	23	-	-	1.017.290	930.635
Receita De Comercialização De Energia Elétrica	23	-	-	716.049	535.436
Receita Da Prestação De Serviços	23	-	-	119	1.218
Contratos De Comercialização De Energia	8 e 23	-	-	125.786	164.594
(-) Deduções Da Receita		-	-	(161.329)	(126.629)
Total Da Receita Líquida		-	-	1.697.915	1.505.254
Custos					
Contratos De Comercialização De Energia	8	-	-	-	-
Custo Do Fornecimento De Energia Elétrica	24.a	-	-	(445.530)	(446.115)
Custo De Comercialização De Energia Elétrica	8 e 24.a	-	-	(664.086)	(531.556)
Custo Dos Serviços Prestados	24.a	-	(109)	(12.161)	(7.285)
Total Dos Custos		-	(109)	(1.121.777)	(984.956)
(Prejuízo) Lucro Bruto		-	(109)	576.138	520.298
Despesas Operacionais					
Gerais E Administrativas	24.b	(2.290)	(2.386)	(221.475)	(230.341)
Equivalência Patrimonial	12	251.446	248.403	16.764	20.549
Dividendos Auferidos		-	-	191	354
Outras Receitas (Despesas)	24.c	14.567	(38.890)	55.620	19.574
Total Das Despesas Operacionais		263.723	207.127	(148.900)	(189.864)
Lucro Antes Do Resultado Financeiro E Impostos Sobre O Lucro		263.723	207.018	427.238	330.434
Resultado Financeiro					
Receitas Financeiras	25	19.124	14.777	86.552	97.353
Despesas Financeiras	25	(18.388)	(36.821)	(59.114)	(70.153)
Total Do Resultado Financeiro		736	(22.044)	27.438	27.200
Lucro Antes Do Imposto De Renda E Da Contribuição Social		264.459	184.974	454.676	357.634
Imposto De Renda E Contribuição Social	26	11.852	14.471	(117.213)	(107.930)
Lucro Do Exercício Proveniente Das Operações Em Continuidade		276.311	199.445	337.463	249.704
Lucro Líquido Do Exercício		276.311	199.445	337.463	249.704
Atribuível A					
Sócios Cotistas Da Controladora				276.311	199.445
Participação De Não Controladores				61.152	50.259
				337.463	249.704
Lucro Básico E Diluído Por Lote De Mil Quotas De Operações Continuadas					
		175,844	151,982		
		175,844	151,982		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT INVESTIMENTOS LTDA. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	276.311	199.445	337.463	249.704
Outros componentes do resultado abrangente, Variação de investimentos ao valor justo	(78)	(41.248)	(78)	(41.248)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	276.233	158.197	337.385	208.456
ATRIBUÍVEL A				
Sócios cotistas da controladora			276.233	158.197
Participação de não controladores			61.152	50.259
			337.385	208.456

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT INVESTIMENTOS LTDA. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expresso em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social						Participação de não controladores	Total Consolidado
		Integralizado	A integralizar	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados /Reservas de lucros	Total Controladora		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		2.156.091	-	-	21.494	(176.498)	2.001.087	500.741	2.501.828
Aumento de capital social	22	901.200	-	-	-	-	901.200	177.320	1.078.520
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(41.248)	-	(41.248)	(8.941)	(50.189)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	199.445	199.445	50.259	249.704
Dividendos obrigatórios distribuídos a não controladores		-	-	-	-	-	-	(2.111)	(2.111)
Reversão de dividendos obrigatórios distribuídos a não controladores em exercícios anteriores	9	-	-	-	-	-	-	1.630	1.630
Outras movimentações em reservas de lucros		-	-	-	-	-	-	9.040	9.040
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		3.057.291	-	-	(19.754)	22.947	3.060.484	727.938	3.788.422
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-	2.095	2.095	-	2.095
Total de ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-	2.095	2.095	-	2.095
Contribuições dos acionistas									
Aumento de capital social	22	2.476.296	(301.144)	-	-	-	2.175.152	-	2.175.152
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(78)	-	(78)	-	(78)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	276.311	276.311	61.152	337.463
Ágio e mais-valia da participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	(125.183)	(125.183)
Ativos ao valor justo por meio de outros resultados		-	-	-	-	-	-	(6.885)	(6.885)
Participação dos não controladores proveniente de aquisição societária	1.1 a)	-	-	(141.601)	-	-	(141.601)	(657.022)	(798.623)
Total das transações com acionistas		2.476.296	(301.144)	(141.601)	(78)	276.311	2.309.784	(727.938)	1.581.846
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		5.533.587	(301.144)	(141.601)	(19.832)	301.353	5.372.363	-	5.372.363

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT INVESTIMENTOS LTDA. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos tributos e das operações descontinuadas		264.459	184.484	454.676	357.634
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício:					
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	6	-	-	(11.329)	(9.286)
Equivalência patrimonial	12	(251.446)	(248.403)	(16.764)	(20.549)
Valor justo de propriedades para investimento		-	-	2.283	220
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	14 e 15	-	-	6.969	13.192
Baixa de mútuo com partes relacionadas	3.1 g	-	66.797	(38.180)	-
Encargos financeiros sobre concessões	18	-	-	5.815	16.494
Depreciação e amortização	14 e 15	-	1.103	177.812	165.796
Encargos financeiros de debêntures, financiamentos e empréstimos	17	-	-	25.632	34.393
Atualização monetária da provisão para remoção de imobilizado	14	-	-	(4.277)	596
Contratos de comercialização de energia	8	-	-	(133.262)	(164.594)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	21	-	-	(10.108)	9.821
Repactuação do risco hidrológico		-	-	1.063	-
Outras movimentação em investimentos		-	-	(453)	-
Juros sobre arrendamento mercantil		-	-	6.616	-
Dividendos de investidas ao valor justo		-	-	-	(354)
		(251.446)	(180.503)	11.817	45.729
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber	7	-	-	(42.688)	(50.630)
Tributos a recuperar		(4.826)	(1.053)	(14.280)	(4.230)
Outras movimentações em ativos		(16.184)	(6)	(601)	(8.850)
Fornecedores		180	(30)	37.401	21.275
Salários e encargos sociais		-	(14)	10.310	740
Tributos a recolher		1.553	(4.304)	(35.572)	(13.717)
Encargos pagos de debêntures, financiamentos e empréstimos	17	-	-	(23.066)	(37.267)
Imposto de renda e contribuição social pagos		91	-	(34.113)	(28.108)
Outras movimentações em passivos		(12.289)	(9.047)	(5.409)	(27.725)
		(31.475)	(14.454)	(108.018)	(148.512)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais continuadas		(18.462)	(10.473)	358.475	254.851
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicação financeira a longo prazo	6	-	-	(3.984)	46
Resgate de aplicação financeira restrita	6	-	-	66.205	-
Redução (aumento) de capital em investidas	12	(1.247.744)	(879.920)	1.500	-
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	14	-	-	(870.230)	(1.182.055)
Aquisição de não controladores	1.1 a)	(920.000)	-	(920.000)	-
Dividendos recebidos de controladas		11.296	-	4.402	14.604
Partes relacionadas	9	-	(10.722)	(36.628)	(1.967)
Outras movimentações em investimentos		-	-	-	(3.250)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.156.448)	(890.642)	(1.758.735)	(1.172.622)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento e/ou (redução) de capital social		2.175.152	901.200	1.247.744	1.078.520
Captação de empréstimos e financiamentos	17	-	-	249.681	558.620
Pagamentos de financiamentos e debêntures - principal	17	-	-	(178.728)	(221.637)
Pagamentos de arrendamentos		-	-	(5.471)	-
Custos de empréstimos a apropriar	17	-	-	(11.303)	(9.374)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		2.175.152	901.200	1.301.923	1.406.129
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		242	85	(98.337)	488.358
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
	5	3.671	3.586	742.867	254.509
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício					
	5	3.913	3.671	644.530	742.867
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		242	85	(98.337)	488.358

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Statkraft Investimentos LTDA. e Controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional

A Statkraft Investimentos Ltda. (“Companhia”, ou “SKIN”) foi constituída em 10 de maio de 2012, sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A Companhia tem por objeto social a participação e o investimento em outras sociedades geradoras e comercializadores de energia elétrica. A Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente “Grupo” ou “Grupo Statkraft”) são controladas em última instância pela Statkraft AS, com sede em Oslo, Noruega. O Grupo Statkraft produz energia hidrelétrica, energia eólica, energias movidas a gás e aquecimento urbano, sendo um “player” global importante nas operações do mercado de energia.

1.1 Principais eventos societários e operacionais:

a) Aquisição societária

No dia 12 de setembro de 2023 a Companhia concluiu a operação de compra da totalidade das ações da Statkraft Energias Renováveis S.A (“SKER”) detidas pela Fundação dos Economistas Federais (“FUNCEF”). Após cumpridas condições precedentes, foi realizada a efetivação do negócio, com a aquisição de 18,69% de participações da empresa FUNCEF, pelo montante de R\$ 920.000.

Com esta operação, a SKIN passou a deter a totalidade das 454.331.401 (quatrocentas e cinquenta e quatro milhões, trezentas e trinta e uma mil, quatrocentas e uma) ações nominais, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, correspondentes à participação de 100,00% (cem por cento) no capital social total e votante da Companhia, dessa forma a FUNCEF deixou de ser acionista da Companhia.

A operação que envolveu a aquisição total das ações da SKER pela Companhia foi tratada como uma transação patrimonial. Isso ocorreu porque a SKER já detinha o controle da empresa investida, portanto, não foi considerada uma combinação de negócios.

O valor da compra da participação de não controladores é composto pelo valor do patrimônio da investida, mais valia e ágio de não controladores estando todos os efeitos demonstrados no patrimônio líquido, sendo o valor excedente reconhecido na linha de reserva de capital no montante de R\$ 141.602

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía participação societária direta nas seguintes empresas:

Companhia	Ref.	Tipo	Participação Societária	
			31.12.2023	31.12.2022
“Holding” intermediária operacional				
Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”)	(a)	Controlada direta	100,00%	81,31%
Comercializadora de energia elétrica				
Statkraft Energia do Brasil Ltda. (“SKEB”)	(b)	Controlada direta	99,99%	99,99%

As empresas abaixo representam as subsidiárias sobre as quais a controlada direta Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”) possui participação. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía participação societária indireta na proporção do controle da SKER sobre tais companhias:

Companhia	Ref.	Tipo	Participação Societária	
			31.12.2023	31.12.2022
Holding não operacional				
Jerusalém Holding S.A.	(m)	Controlada indireta	100,00%	-

Eólicas operacionais

Energen Energias Renováveis S.A..	(c)	Controlada indireta	99,99%	99,99%
Macaúbas Energética S.A.	(c)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Novo Horizonte Energética S.A.	(c)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Seabra Energética S.A.	(c)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Oslo I S.A. (*)	(i)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Oslo II S.A.	(i)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Oslo III S.A. (*)	(i)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Oslo VIII S.A. (*)	(i)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Oslo IX S.A. (*)	(i)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Oslo X S.A. (*)	(i)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Central Eólica Boqueirão I S.A.	(m)	Controlada indireta	100,00%	-
Central Eólica Boqueirão II S.A.	(m)	Controlada indireta	100,00%	-

Eólicas não operacionais

Oslo IV S.A.	(i)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Oslo V S.A.	(i)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Oslo VI S.A.	(i)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Serra da Mangabeira S.A.	(i)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	(h)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Morro do Cruzeiro I S.A.	(j)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Morro do Cruzeiro II S.A.	(j)	Controlada indireta	100,00%	100,00%

Solares não operacionais

Sol de Brotas 1 S.A.	(l)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Sol de Brotas 2 S.A.	(l)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Sol de Brotas 3 S.A.	(l)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Sol de Brotas 4 S.A.	(l)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Sol de Brotas 5 S.A.	(l)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Sol de Brotas 6 S.A.	(l)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Sol de Brotas 7 S.A.	(l)	Controlada indireta	100,00%	100,00%

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)

Esmeralda S.A.	(d)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Santa Laura S.A.	(d)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Santa Rosa S.A.	(d)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Moinho S.A.	(e)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Santa Fé Energia S.A.	(e)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
Passos Maia Energética S.A.	(e)	Controlada indireta em conjunto	50,00%	50,00%

Usinas Hidrelétricas de grande porte (UHE)

Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.	(g)	Coligada indireta	20,00%	20,00%
Ceran – Companhia Energética Rio das Antas	(g)	Coligada indireta	5,00%	5,00%
Dona Francisca Energética S.A.	(f)	Outras participações	2,12%	2,12%

Comercialização de energia elétrica

Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(k)	Controlada indireta	100,00%	100,00%
---	-----	---------------------	---------	---------

(*) Empresas parcialmente operacionais.

(a) Controlada direta da Companhia com atividade operacional em geração de energia hidrelétrica dividida em 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) e 2 Usinas Hidrelétrica (“UHE”) localizadas no Estado do

Espírito Santo. Neste contexto, possui 6 ativos atuando sobre o regime de autorização e os 2 demais sobre o regime de concessão. É “holding” com participações em empresas também do ramo de energia atuantes nos segmentos eólico e hídrico.

- (b) Controlada direta que atua no ramo de comercialização de energia elétrica no mercado regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e operações comerciais acompanhadas e operacionalizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- (c) Referem-se a controladas indiretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parques eólicos específicos, localizados nos Estados da Bahia e do Sergipe. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2009 (“LER 2/2009”).
- (d) Referem-se a controladas indiretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos têm toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.
- (e) Referem-se a controladas indiretas e controlada indireta em conjunto da Companhia, respectivamente, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina, respectivamente, atuando sobre o regime de autorização.
- (f) Referem-se a investimento sem influência significativa, o qual é registrado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- (g) Refere-se a investimentos em coligada indireta, com influência significativa, registrado pelo método de equivalência patrimonial.
- (h) Refere-se a controlada indireta com projetos “*greenfield*” do segmento eólico em fase de desenvolvimento.
- (i) Companhias constituídas para viabilização do projeto Ventos de Santa Eugênia, por meio do qual a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Energia Nova (A-6) que ocorreu em 18 de outubro de 2019.
- (j) Companhias constituídas para viabilização do projeto Morro do Cruzeiro, por meio do qual a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Energia Nova (A-5) que ocorreu em 30 de setembro de 2021.
- (k) Controlada indireta com atividade principal de comercialização de energia elétrica no âmbito do mercado brasileiro e/ou de outros países.
- (l) Referem-se a controladas indiretas relacionadas ao Parque Fotovoltaico de Sol de Brotas em fase de desenvolvimento.
- (m) Controladas indiretas adquiridas pela Companhia compostas por 2 complexos eólicos que têm como objeto social a exploração do potencial de geração e comercialização de energia elétrica de seus ativos operacionais localizados no estado do Rio Grande do Norte e atuando em regime de autorização.

Empreendimentos	Tipo	Contratos	Portaria MME/Resolução Aneel	Prazo de autorização	Fim do período de concessão ²	Capacidade de produção instalada	Participação da Statkraft na capacidade de produção instalada	Garantia física (MW)
						TOTAL (MW)	(MW)	
Eólicas								
Barra dos Coqueiros (Energen)	EOL	LER 2/2009	Portaria MME nº 617/2010	35 anos	jul/45	34,5	34,5	10,5
Macaúbas	EOL	LER 2/2009	Portaria MME nº 580/2010	35 anos	jun/45	35,07	35,07	13,4
Novo Horizonte	EOL	LER 2/2009	Portaria MME nº 673/2010	35 anos	jun/45	30,06	30,06	10,97
Seabra	EOL	LER 2/2009	Portaria MME nº 671/2010	35 anos	jun/45	30,06	30,06	11,33
VSE 01 (Oslo I S.A)	EOL	LEN 004/2019	Portaria MME nº103/2020	35 anos	mar/55	22,8	22,8	21,9
VSE 02 (Oslo II S.A)	EOL	LEN 004/2019	Portaria MME nº105/2020	35 anos	mar/55	11,4	11,4	4,8
VSE 03 (Oslo III S.A)	EOL	LEN 004/2019	Portaria MME nº106/2020	35 anos	mar/55	17,1	17,1	17,9
VSE 05 (Oslo IV S.A)	EOL	LEN 004/2019	Portaria MME nº107/2020	35 anos	mar/55	22,8	22,8	16,2
VSE 06 (Oslo VI S.A)	EOL	LEN 004/2019	Portaria MME nº108/2020	35 anos	mar/55	17,1	17,1	15,2
VSE 07 (Oslo II S.A)	EOL	LEN 004/2019	Portaria MME nº 109/2020	35 anos	mar/55	17,1	17,1	7,3
VSE 10 (Oslo IX S.A)	EOL	ACL	REA ANEEL nº 10.389/2021	35 anos	ago/56	22,8	22,8	21,3
VSE 11 (Oslo VIII S.A)	EOL	ACL	REA ANEEL nº 10.390/2021	35 anos	ago/56	22,8	22,8	13
VSE 12 (Oslo III S.A)	EOL	LEN 004/2019	Portaria MME nº 120/2020	35 anos	mar/55	39,9	39,9	18
VSE 13 (Oslo X S.A)	EOL	LEN 004/2019	Portaria MME nº 121/2020	35 anos	mar/55	5,7	5,7	20,2
Jerusalém I	EOL	28ª LEN – 003/2018 (A-6)	Portaria MME nº 51/2019	35 anos	jan/54	29,4	29,4	15,7
Jerusalém II	EOL	28ª LEN – 003/2018 (A-6)	Portaria MME nº 55/2019	35 anos	jan/54	29,4	29,4	15,6
Jerusalém III	EOL	28ª LEN – 003/2018 (A-6)	Portaria MME nº 56/2019	35 anos	jan/54	29,4	29,4	17,2
Jerusalém IV	EOL	28ª LEN – 003/2018 (A-6)	Portaria MME nº 53/2019	35 anos	jan/54	29,4	29,4	16,8
Jerusalém V	EOL	28ª LEN – 003/2018 (A-6)	Portaria MME nº 54/2019	35 anos	jan/54	29,4	29,4	16,6
Jerusalém VI	EOL	28ª LEN – 003/2018 (A-6)	Portaria MME nº 52/2019	35 anos	jan/54	33,6	33,6	19,5
Central Eólica Boqueirão I	EOL	ACL	Res. Aut. ANEEL nº 8.460/2019	35 anos	set/57	42	42	Não Publicada
Central Eólica Boqueirão II	EOL	ACL	Res. Aut. ANEEL nº 8.461/2019	35 anos	set/57	37,8	37,8	Não Publicada
Total das eólicas						589,59	589,59	303,4

Hídricas								
Esmeralda	PCH	PROINFA	Res. ANEEL nº 605/2001	37,8 anos	set/39	22,2	22,2	12,32
Santa Laura	PCH	PROINFA	Res. ANEEL nº 379/2000	40 anos	set/40	15	15	7,99
Santa Rosa	PCH	PROINFA	Res. ANEEL nº 197/2001	40,6 anos	dez/41	30	30	17,07
Moinho	PCH	Cemig	Res. Aut. ANEEL nº 1.451/2008	40,2 anos	set/48	13,7	13,7	6,98
PCH Victor Batista Adami (Passos Maia)	PCH	Cemig	Res. Aut. ANEEL nº 68/2004	45 anos	fev/49	25	12,5	13,70
Monel Monjolinho (SKER)	UHE	LEN 4/2006	Contrato concessão nº18/2002	41 anos	abr/43	74	74	39,7
Suíça (SKER)	UHE	EDP Com.	Contrato concessão nº 1/2014	31,6 anos	fev/27	35,34	35,34	21,61
Viçosa (SKER)	PCH	ESCELSA	Res. ANEEL nº 111/1999	31,5 anos	out/30	4,5	4,5	2,52
São João (SKER)	PCH	ESCELSA	Res. ANEEL nº 110/1999	31,5 anos	out/30	25	25	12,95
Alegre (SKER)	PCH	ESCELSA	Contrato concessão nº 4/2013	31,9 anos	mai/27	2,06	2,06	1,16
Fruteiras (SKER)	PCH	ESCELSA	Contrato concessão nº 4/2013	30,8 anos	abr/26	8,74	8,74	5,56
Jucu (SKER)	PCH	ESCELSA	Contrato concessão nº 4/2013	31 anos	jun/26	4,84	4,84	2,62
Rio Bonito (SKER) ¹	PCH	CBR – ESCELSA/ CCEAR(1)	Contrato concessão nº 4/2013	31 anos	jun/26	22,5	22,5	9,4
Francisco Gros (Santa Fé)	PCH	CCEAR	Res. ANEEL nº482/2001	31,9 anos	set/33	29	29	15,58
Monte Claro (CERAN)	UHE	CPFL/SKER /CCEAR/ CCEAL	Contrato concessão nº 8/2001	38,7 anos	nov/39	130	6,5	53,3
Castro Alves (CERAN)	UHE	CPFL/SKER /CCEAR/ CCEAL	Contrato concessão nº 8/2001	38,6 anos	out/39	130	6,5	59,8
14 de julho (CERAN)	UHE	CPFL/SKER/CCEAR/ CCEAL	Contrato concessão nº 8/2001	39,7 anos	nov/39	100	5	45,2
Dona Francisca	UHE		Contrato concessão nº 188/1998	39,1 anos	set/37	125	2,25	72,5
Total das hídricas						796,88	319,63	386,26
Total das fontes						1386,47	909,22	689,66

¹ A PCH Rio Bonito possui contrato bilateral regulado (CBR) firmado com a contraparte Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (“ESCELSA”) e transações formalizadas por Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) firmado com diversas distribuidoras.

² Prazo de concessão considerando a extensão aderida pela repactuação do risco hidrológico em 2021 e extensão baseada no COD e publicação de novos prazos de extensão por GSF.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora e o patrimônio líquido e resultado da controladora, ambos constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, respectivamente, e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia apresenta em um conjunto único as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o qual apresenta informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Estas demonstrações foram aprovadas pela Administração em 8 de agosto de 2024.

2.2. Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as informações da Statkraft Investimentos LTDA., de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos em conjunto da Companhia são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, bem como a consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Além disso, quando necessário, as políticas contábeis das controladas são alteradas para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma aquisição de participação são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*).

Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

No procedimento de consolidação, os saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados, bem como os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. Sendo assim, o procedimento de consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Participação de acionistas não controladores

A participação de acionistas não controladores é apresentada no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

d) Controladas em conjunto

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados proporcionalmente à participação acionária para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

e) Coligadas

Os investimentos em coligadas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo e, posteriormente, reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, tanto nas demonstrações individuais, quanto consolidadas da controladora. O investimento do Grupo em empreendimentos coligados inclui o ágio ou mais valia identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

f) Combinação de negócios

Combinação de negócios é contabilizada aplicando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Em uma combinação de negócios é requerido que os ativos identificáveis e passivos assumidos sejam mensurados ao seu valor justo na data de aquisição do controle, e que o preço de compra seja alocado conforme esta mensuração.

A contraprestação transferida pela aquisição de uma controlada compreende:

- valores justos dos ativos transferidos;
- responsabilidades incorridas com os ex-proprietários do negócio adquirido;
- participações societárias de emissão da Companhia;

- valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente; e valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na subsidiária.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido das sociedades adquiridas é reconhecida no investimento como:

- (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis da controlada adquirida; e
- (ii) ágio (*goodwill*), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos identificáveis e, esta diferença, representa a expectativa de geração de valor futuro.

No cenário onde o montante pago é inferior ao valor justo dos ativos líquidos o ganho mensurado é reconhecido no resultado do exercício como 'Compra Vantajosa'.

Custos relacionados à aquisição são registrados no resultado conforme incorridos.

A contraprestação contingente, quando aplicável, é classificada como patrimônio líquido ou passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são subsequentemente mensurados ao valor justo com as mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

Para as transações de combinação de negócios nas quais a análise dos fatos e circunstâncias que abrangem a contabilização inicial estiver em andamento até o encerramento do exercício, é realizada a alocação provisória do preço de compra. Os ajustes identificados durante o período de mensuração de um ano após o fechamento da transação são reconhecidos refletindo as novas informações conforme estas teriam afetado a alocação de preço se tivessem sido apuradas naquela data.

2.4. Instrumentos Financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio do resultado abrangente. Já os passivos financeiros são classificados como: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende dos termos contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa no que tange a gestão desses instrumentos.

a) Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento ou recebimento de principal e juros, ambos com base no método da taxa efetiva de juros. O reconhecimento da atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (*impairment*) se aplicável, são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem aos critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos mantidos para negociação, ativos que possuem fluxo de caixa que não sejam exclusivamente pagamento de principal e juros, independente do modelo de negócios, assim como aqueles em que a Companhia exerce a opção ou é obrigada a reconhecer inicialmente ao valor justo por meio do resultado são assim mantidos pela Companhia. Eventuais ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

c) Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São classificados nessa categoria títulos patrimoniais caracterizados como "outros investimentos" que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que o Grupo decidiu, de forma irrevogável, reconhecer dessa forma por serem considerados investimentos estratégicos para a

Companhia. Um ativo financeiro também pode ser classificado nessa categoria se os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do Grupo é atingido tanto por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais quanto venda desses ativos financeiros. As variações decorrentes dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente são apresentadas na demonstração de resultado abrangente do período em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

2.4.1. Reconhecimento e desreconhecimento

Instrumentos financeiros são reconhecidos na data da negociação. O Grupo baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se o Grupo não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que o Grupo pode ter que pagar. Se o Grupo retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, o Grupo continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado. Adicionalmente, na baixa de um investimento em um instrumento da dívida classificado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda acumulada anteriormente acumulada na reserva de reavaliação de investimentos é reclassificado para o resultado. Por outro lado, na baixa de um investimento em um instrumento patrimonial que o Grupo optou no reconhecimento inicial por mensurar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou perda acumulado anteriormente acumulado na reserva de reavaliação de investimentos não é reclassificado para o resultado, mas é transferido para lucros acumulados.

2.4.2. Mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4. *Impairment* de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado do modelo de perdas de crédito esperadas baseado no aumento significativo do risco de crédito considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em caso de evidência objetiva de *impairment*, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício são avaliadas periodicamente conforme estimativa de perdas de crédito esperadas para cada ativo financeiro.

2.6. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção operacional (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

2.7. Contrato de comercialização de energia

Os contratos de comercialização de energia que possuem vigência de até 5 anos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e são mensalmente mensurados ao seu valor justo. Os contratos de comercialização de energia que possuem vigência acima de 5 anos, tem seu valor justo reconhecido como zero no fechamento da transação, tendo seus ganhos e perdas subsequentes mensalmente mensurados e reconhecidos ao valor justo.

O valor justo dos derivativos de energia é calculado com base em preços cotados e disponíveis no mercado e são calculados via fluxos de caixa descontados futuros esperados. A carteira de contratos compreende operações de compra e venda de energia de curto e longo prazo até o ano de 2034 e são transacionados pela controlada Statkraft Energia do Brasil ("SKEB").

A SKEB faz uso de derivativos pelos contratos de comercialização de energia com o objetivo de proteger suas operações de comercialização de energia elétrica contra os riscos de flutuação do preço da energia visando, ainda, medi-los com clareza e compará-los com o valor contábil. Os derivativos de energia são reconhecidos pelos valores brutos por contrato, separadamente entre ativos e passivos no balanço patrimonial. Sua apresentação é líquida apenas para aqueles contratos onde há o direito legal para compensação em bases líquidas e tais direitos serão de fato utilizados para liquidação durante os termos do contrato.

Os contratos derivativos são mensurados a valor justo conforme premissas do CPC 46 Mensuração ao Valor Justo. Para esta mensuração são utilizadas variáveis observáveis de mercado com relação a preço para ativos e passivos semelhantes, projeções de inflação, câmbio, e taxa de juros, além de avaliação de crédito das contrapartes

2.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas. As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados *pro rata temporis* ao longo do prazo de cobertura.

As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de repactuação do risco hidrológico.

2.9. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados limitadas ao prazo de concessão ou da autorização para as usinas eólicas e a vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) para as usinas hídricas, conforme detalhado na nota 3.1.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

2.10. Intangível

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

b) Uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.11. Propriedades para investimento

O saldo apresentado no grupo de “Propriedade para investimento” representa o valor justo dos investimentos realizados em terras pelo Grupo. Anualmente o Grupo efetua a avaliação destes valores justos, que são ajustados caso diferenças sejam identificadas em relação à avaliação do ano anterior.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Financiamentos e debêntures

Os financiamentos e debêntures tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14. Concessões a pagar

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

2.15. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável. As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) O grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Para fins de apuração de impostos, a controladora SKIN, assim como suas controladas diretas Statkraft Energias Renováveis S.A., Statkraft Comercialização de Energia S.A. e Statkraft Energia do Brasil Ltda. Optaram pela apuração do resultado tributável observando o regime do lucro real. As demais empresas controladas indiretas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, geralmente são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

(ii) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Os regimes aplicados a cada empresa do Grupo podem ser verificados conforme detalhamento abaixo:

<u>Lucro presumido</u>	<u>Lucro real</u>
Central Eólica Boqueirão I S.A.	Statkraft Energias Renováveis S.A.
Central Eólica Boqueirão II S.A.	Statkraft Energia do Brasil Ltda.
Central Eólica Jerusalém I S.A.	Statkraft Investimentos Ltda.
Central Eólica Jerusalém II S.A.	Statkraft Comercialização de Energia S.A.
Central Eólica Jerusalém III S.A.	Jerusalém Holding S.A.
Central Eólica Jerusalém IV S.A.	
Central Eólica Jerusalém V S.A.	

Central Eólica Jerusalém VI S.A.
Energen Energias Renováveis S.A..
Esmeralda S.A.
Macaúbas Energética S.A.
Moinho S.A.
Morro do Cruzeiro I S.A.
Morro do Cruzeiro II S.A.
Novo Horizonte Energética S.A.
Oslo I S.A.
Oslo II S.A.
Oslo III S.A.
Oslo IV S.A.
Oslo V S.A.
Oslo VI S.A.
Oslo VIII S.A.
Oslo IX S.A.
Oslo X S.A.
Passos Maia Energética S.A.
Santa Fé Energia S.A.
Santa Laura S.A.
Santa Rosa S.A.
Seabra Energética S.A.
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.

2.16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo saldo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal ou mesma autoridade fiscal.

2.17. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.18. Capital social

As cotas são classificadas no patrimônio líquido e pertencem 99,99% à Statkraft Brasil AS. E 0,01% à Statkraft IH Invest AS na data de 31 de dezembro de 2023.

2.19. Reconhecimento da receita

a) Venda de energia elétrica (geração)

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado quando a transferência de riscos e benefícios sobre a energia contratada se estabelece. Para as usinas que não fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, essa transferência se dá conforme a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN – Sistema Integrado Nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE, a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia

elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF (Generation Scalling Factor), que reduz a garantia física das usinas, e, por consequência, suas receitas.

Os contratos negociados no ambiente de contratação livre (ACL), firmam a venda de energia elétrica por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes através de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo de acordo com a estratégia interna do Grupo. Os contratos negociados no ambiente de contratação regulado (ACR), transacionam as vendas de energia elétrica por meio de leilão com preços e volumes já estipulados também via contratos bilaterais, podendo ter periodicidade de curto e longo prazo. Para as usinas com contratos regulados, a não geração do volume contratado obriga as mesmas a realizarem a compra do respectivo volume para cumprimento do contrato regulado.

b) Venda de energia elétrica (comercialização)

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade. A receita de venda de energia é reconhecida na medida em que a respectiva energia é entregue ao comprador de acordo com as quantidades informadas à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

c) Venda da prestação de serviços de O&M – Operação e Manutenção

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M prestados pela Statkraft Energias Renováveis S.A. para suas controladas e controladas em conjunto, verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre pelo método linear com o critério de horas alocadas, a depender da natureza de cada serviço prestado.

2.20. Benefícios a empregados

a) Participação nos lucros e bônus

O grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria, que leva em conta o resultado obtido no período. O pagamento de participação nos lucros e bônus constitui a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais.

2.21. Adoção de pronunciamentos contábeis orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como 24dentificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política

contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements” para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

- CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

O Grupo avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

O Grupo estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado. Anualmente, o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

O Grupo realiza, a cada ano de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

- (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e
- (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede

o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos por meio da realização de análises. Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado” e “Intangível”.

c) Mensuração a valor justo de derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Valor justo de outros instrumentos financeiros

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros. Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas. Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

e) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás, (ii) eixo, (iii) motor, (iv) seções de torre de aço, (v) painéis elétricos e outros. Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas. Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

f) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

g) Mútuo ativo entre partes relacionadas

A classificação do mútuo passivo com partes relacionadas leva em consideração a interpretação da Companhia em relação às características, condições, documentação, regras e ritos de governança estabelecidos para a realização desse tipo de operação.

A Companhia manteve registrado o valor correspondente a passivo de mútuo com partes relacionadas pelo período de junho de 2017 a dezembro de 2023. A natureza de tal obrigação vinha sendo contestada por acionista não controlador que não reconhecia a existência de uma obrigação contratual de entrega de caixa por parte da Companhia. O assunto estava em processo de arbitragem entre as partes e, portanto, sua contabilização é considerada um julgamento crítico da administração que concluiu, com base em pareceres jurídicos obtidos, que a classificação mais adequada, seria o registro como mútuo passivo durante o período anteriormente citado.

Levando em consideração a conclusão do processo de arbitragem ocorrida no segundo trimestre de 2023, a Administração reavaliou sua estimativa e alterou o tratamento contábil desta operação, resultando na baixa integral do passivo referente ao mútuo com parte relacionada a partir de 31 de março de 2023, em contrapartida ao resultado do período nos montantes de R\$38.600 e R\$30.190 em contrapartida às contas de outras (despesas) receitas e Resultado financeiro, respectivamente.

h) Alocação de preço de compra advindo de combinações de negócios

Em uma transação de combinação de negócios é requerido que os ativos e passivos dos negócios adquiridos sejam registrados pelo seu valor justo. Para alguns ativos e passivos é necessário fazer o uso de técnicas de mensuração que envolvem o uso de julgamento e estimativas. As técnicas utilizadas e ajustes a valor justo são apresentados em nota explicativa específica quando uma combinação de negócios é realizada.

4. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

Os índices de alavancagem podem ser verificados conforme seguem:

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Total dos financiamentos	2.135.262	1.349.015
(-)Caixa e equivalentes de caixa	(644.530)	(742.867)
(-)Aplicação financeira restrita	(60.505)	(24.082)
Dívida líquida	1.430.227	582.066
Total do patrimônio líquido	5.372.363	3.788.422
Índice de alavancagem financeira - %	26,62	15,36

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Contas bancárias em moeda funcional	114	2	13.791	427
Aplicações financeiras com liquidez imediata	3.799	3.669	630.739	742.440
	3.913	3.671	644.530	742.867

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com rentabilidade média de 102,00% para controladora e 100,87% no consolidado (99% e 100,69%, respectivamente em 31 de dezembro de 2022), referenciada no CDI em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições.

6. Aplicação financeira restrita

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das usinas eólicas das controladas pertencentes ao projeto Ventos de Santa Eugênia, tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o banco. As aplicações financeiras restritas são constituídas prévia e proporcionalmente a cada desembolso, mantido por todo o prazo do financiamento e possuem rentabilidade referenciada no CDI. As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
No início do exercício	24.082	14.842
Aquisição de controlada (Nota nº 13)	23.200	-
Aplicações	3.984	-
Rendimentos líquidos de impostos	11.329	9.286

Resgates	(2.090)	(46)
No final do exercício	60.505	24.082
Apresentadas como:		
Ativo circulante	5.206	24.082
Ativo não circulante	55.299	-

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Fornecimento de energia elétrica (i)	-	-	104.078	95.986
Comercialização de energia elétrica (iii)	-	-	37.354	17.203
Saldo de mercado de curto prazo (ii)	-	-	39.665	42.760
Geração excedente aos contratos CER (iv)	-	-	55.984	31.777
Total	-	-	237.081	187.726
Apresentadas como:				
Ativo circulante	-	-	208.869	162.392
Ativo não circulante	-	-	28.212	25.334

- (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica), CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e outros terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.
- (ii) Saldos provenientes das atividades de comercialização de energia, provenientes dos contratos de venda de energia firmados a curto e longo prazo. O risco de perda é substancialmente reduzido uma vez que as transações comerciais são suportadas mensalmente via mecanismos de garantia tais como fianças corporativas, fianças bancárias, dentre outros.
- (iii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no Mercado de Curto Prazo, o qual consiste no volume de energia não transacionado com terceiros que é direcionado para liquidação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, instituição responsável pela intermediação de transações do mercado de energia elétrica. Este saldo também é impactado pelo histórico de inadimplências no mercado de energia.
- (iv) Saldo mantido no ativo não circulante do excedente de geração de energia acima de 100% ao montante contratado pelo CER (Contrato de Energia de Reserva) mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem o Parque Eólico do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses.

8. Contratos de comercialização de energia elétrica

O Grupo, por meio de sua controlada Statkraft Energia do Brasil Ltda. possui contratos de suprimento de energia firmados com grandes Empresas de energia no Sudeste, Sul e Nordeste do Brasil.

Tais contratos de compra e venda possuem obrigações e direitos futuros de entrega e recebimento de energia elétrica e cláusulas de preços que incluem atualização por índices futuros de inflação (IPCA e IGP-M) além de reajuste de preços anual predefinidas.

Os efeitos financeiros dos contratos são mensurados por meio da diferença dos preços praticados e dos valores futuros de energia elétrica praticados pelo mercado. Desta forma, foram reconhecidos inicialmente pelo valor

justo de acordo com um modelo de precificação. São subsequentemente ajustados também pelo valor justo, sendo as eventuais variações lançadas contra o resultado.

Os saldos de tais contratos ao valor justo são os seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Contratos de compra de energia	720.395	(42.453)
Contratos de venda de energia	(704.500)	(74.914)
	<u>15.895</u>	<u>(117.367)</u>
Ativo circulante	318.257	302.693
Ativo não circulante	406.461	278.579
Passivo circulante	(260.530)	(348.148)
Passivo não circulante	(448.293)	(350.491)
	<u>15.895</u>	<u>(117.367)</u>

O impacto do ajuste ao valor justo desses contratos no resultado do exercício pode ser assim apresentado:

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Contratos de compra de energia		
Ganhos não realizados	771.340	37.250
Perdas não realizadas	(345.229)	(478.101)
	426.111	(440.851)
Contratos de venda de energia		
Ganhos não realizados	230.092	629.963
Perdas não realizadas	(530.417)	(24.518)
	(300.325)	605.445
Resultado líquido não realizado em contratos	<u>125.786</u>	<u>164.594</u>

Em linha com a estratégia da Companhia de criar portfólios de longo prazo, em 31 de dezembro de 2022 e no decorrer de 2023, foram firmados novos contratos de energia de longo prazo. Conforme diretrizes do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13 - "Fair Value Measurement"), o valor justo desses contratos foi determinado como o preço da transação na data do seu fechamento, refletindo o melhor interesse econômico dos participantes do mercado envolvidos. O reconhecimento inicial dos contratos não reflete ganhos ou perdas, tendo sido estes mensurados baseados nas variações subsequentes à da data do fechamento da transação e registrados no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

9. Partes relacionadas

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados ao final dos exercícios conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante				
Contas a receber				
Chile Inversiones Eléctricas	(ii)	-	-	332
Passos Maia Energética S.A.	(i)	-	77	315

Statkraft Investimentos Ltda. e Controladas

Statkraft AS	(i)	-	-	1.040	-
NSL Tidong Power Generation	(ii)	-	-	6	54
Chacabuco 18 Solar SpA	(ii)	-	-	6	76
Statkraft Chile Inversiones El	(ii)	-	377	315	538
Statkraft Eólico S.A.	(ii)	-	-	20	13
Empresa Eléctrica Pilmaiquén		-	-	20	-
Transrucatayo S.A.		-	-	6	-
Statkraft Tinguiririca y Compa		-	-	2	-
Vientos del Desierto SpA		-	-	6	-
Inversiones Shaqsha SAC		-	-	10	-
Empresa Eléctrica Rucatayo S.A		-	-	10	-
Statkraft Peru S.A		-	-	20	-
Tidong Power Gen Pvt Ltd		-	-	12	-
GR Vale S.A.C.		-	-	2	-
Pauna Solar SpA		-	-	6	-
Parina Solar SpA		-	-	6	-
Solarcentury Chile SpA		-	-	2	-
Solarcentury Projects SpA		-	-	2	-
GR Bayovar S.A.C.		-	-	2	-
		-	377	1.570	1.328
Dividendos a receber					
Statkraft Energias Renováveis S.A.		18.097	9.185	-	-
Passos Maia Energética S.A.		-	-	4.070	1.096
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas		-	-	11.981	11.537
		18.097	9.185	16.051	12.633
Ativo não circulante					
Mútuos					
Água Quente Ltda.	(iii)	-	-	7.936	7.002
Bom Retiro S.A.	(iii)	-	-	4.840	4.394
Provisão para perdas estimadas com créditos	(iii)	-	-	(12.776)	(11.396)
		-	-	-	-
Total do Ativo		18.097	9.562	17.621	13.961
Passivo circulante					
Partes relacionadas					
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	(iv)	-	-	-	465
DFESA- Dona Francisca Energética S.A.	(iv)	-	-	124	125
Passos Maia Energética S.A.	(iv)	-	-	-	316
Statkraft Energi AS	(iv)	-	-	3.091	375
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(iv)	14	7	-	-
Statkraft AS	(iv)	1.989	1.994	20.854	2.288
Statkraft UK Ltd	(iv)	93	90	93	90
		2.096	2.091	24.162	3.659

Dividendos a pagar				
FUNCEF	-	-	-	2.111
Total dividendos a pagar	-	-	-	2.111
Total do passivo	2.096	2.091	24.162	5.413
(i)	Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) entre a controlada SKER e suas investidas no Brasil.			
(ii)	Saldos a receber de partes relacionadas no exterior.			
(iii)	Saldo de mútuos mantidos com outras partes relacionadas.			
(iv)	Saldos a pagar referente serviço tomado de outras partes relacionadas no Brasil e no exterior.			

As transações com partes relacionadas que compõem o resultado do exercício podem ser assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receita Bruta de prestação de serviços				
Passos Maia Energética S.A.	-	-	1.056	1.627
Statkraft Chile Inverciones Eléctricas Ltda.	-	-	6	11
Statkraft AS	-	-	-	233
Statkraft Peru	-	-	20	-
	-	-	1.082	1.871
Despesas com prestação de serviços				
Statkraft AS	-	-	(8.482)	(5.331)
Statkraft Energi AS	-	-	(3.149)	(334)
Statkraft Markets GmbH	-	-	(32)	-
	-	-	(11.663)	(5.665)

9.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os conselheiros, diretores estatutários e executivos da Companhia, totalizou R\$13.702 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$13.335 em 31 de dezembro de 2022), ambos consolidados. Os montantes correspondem a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

10. Propriedades para investimentos

A Companhia possui terras adquiridas com o intuito de investimento, que podem futuramente fazer parte de projetos de usinas hidrelétricas (ou pequenas centrais hidrelétricas) quais são parte de desenvolvimentos de estudos e projetos básicos, ou ainda serem negociadas com outras partes.

As movimentações nesta rubrica podem ser verificadas conforme abaixo:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	19.092
Baixas	(220)
Reclassificação para ativo não circulante mantido para venda	(16.633)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.239
Reclassificação para ativo não circulante mantido para venda	(697)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.542

Em 31 de dezembro de 2023 não há indícios de alterações relevantes no valor justo das propriedades para investimentos.

11. Investimentos ao valor justo

Os respectivos investimentos abaixo estão relacionados a entidades sobre as quais a sua controlada direta Statkraft Energias Renováveis S.A. não possui influência significativa nos seus respectivos negócios e são reconhecidos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Outras participações	Participação %	31.12.2023	31.12.2022
Dona Francisca Energética S.A. - DFESA	2,12	7.322	7.571
		<u>7.322</u>	<u>7.571</u>

O valor justo desse investimento é baseado no *enterprise value*, que consiste em um fluxo de caixa descontado e ajustado pela dívida líquida. A movimentação dos investimentos ao valor justo é assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2022	84.434
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	(25.299)
Reclassificação	(51.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.571
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	(249)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>7.322</u>

(*) A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial apresentada nesta nota explicativa está bruta dos tributos diferidos, sendo o montante líquido, em 31 de dezembro de 2023, R\$164 negativo (em 31 de dezembro de 2022, R\$16.697 negativo).

Em 30 de junho de 2022, a Companhia concluiu que a adequada classificação e mensuração do percentual de investimento de 5% mantido na CERAN deveria ser em conta de Investimentos e avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não como um Instrumento financeiro mensurado ao valor justo, uma vez que as condições descritas no estatuto da Ceran e também em seu acordo de acionista, resultam na existência de influência significativa nessa investida, principalmente pelo direito de indicação de um dos cinco membros do conselho de administração da investida considerando que suas decisões mais relevantes devem ser aprovadas no âmbito deste conselho, com no mínimo 80% dos votos, provendo à SKER a oportunidade de influenciar de forma relevante as principais decisões da Ceran.

Diante do exposto, a partir de 30 de junho de 2022 o saldo de investimento de Ceran passou a ser apresentado como investimento em coligada sob o método de equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos advindos deste investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu R\$191 de dividendos (R\$354, em 31 de dezembro de 2022).

12. Investimentos

a) A composição dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto é assim demonstrada:

	31.12.2023			Controlador 31.12.2022		
	Statkraft Energia do Brasil Ltda.	Statkraft Energias Renováveis S.A.	Total	Statkraft Energia do Brasil Ltda.	Statkraft Energias Renováveis S.A.	Total
Participação sobre o patrimônio	102.254	4.772.041	4.874.295	28.362	2.831.303	2.859.665
Ágio	-	214.241	214.241	-	445.226	445.226
Mais-valia de ativos	-	495.509	495.509	-	445.226	445.226
	<u>102.254</u>	<u>5.481.791</u>	<u>5.584.045</u>	<u>28.362</u>	<u>3.276.529</u>	<u>3.304.891</u>

	31.12.2023			Consolidado 31.12.2022		
	Passos Maia S.A.	CERAN	Total	Passos Maia S.A.	CERAN	Total
	Participação sobre o patrimônio Mais-valia de ativos	47.401 49.497 96.898	14.549 - 14.549	61.950 49.497 111.447	39.141 49.497 88.638	14.147 - 14.147

b) A movimentação dos investimentos pode ser assim representada:

	Controladora			Consolidado		
	Statkraft Energia do Brasil Ltda	Statkraft Energias Renováveis S.A.	Total	Passos Maia S.A.	CERAN	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	2.344.789	2.344.789	96.389	-	96.389
Participação no resultado do exercício de controladas	44.728	247.680	292.408	-	-	-
Participação nos resultados abrangentes de controladas	-	(41.248)	(41.248)	-	-	-
Participação no resultado de controlada em conjunto	-	-	-	4.613	15.936	20.549
Aporte de capital	108.520	771.400	879.920	-	-	-
Reversão de dividendos de exercícios anteriores	-	7.092	7.092	-	-	-
Dividendos destinados	-	(9.185)	(9.185)	(12.364)	-	(12.364)
Amortização de mais valia de ativos	-	(44.005)	(44.005)	-	-	-
Reversão de provisão para perda em investimentos	(124.886)	-	(124.886)	-	-	-
Outras movimentações em investimentos	-	6	6	-	(1.789)	(1.789)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.362	3.276.529	3.304.891	88.638	14.147	102.785
Participação no resultado do exercício de controladas	20.791	265.514	286.305	-	-	-
Participação no resultado de controlada em conjunto	-	-	-	17.136	(372)	16.764
Aporte de capital	53.100	1.854.545	1.907.645	9.750	-	9.750
Redução de capital	-	-	-	(11.250)	-	(11.250)
Dividendos destinados	-	(18.097)	(18.097)	(7.376)	-	(7.376)
Amortização de mais valia de ativos	-	(34.859)	(34.859)	-	-	-
Aquisição de não controlador – Mais-valia (FUNCEF)	-	85.141	85.141	-	-	-
Aquisição de não controlador – Ágio (FUNCEF)	-	40.042	40.042	-	-	-
Aquisição de não controlador – Mais-valia (Passos maia) (*)	-	9.251	9.251	-	-	-
Outras movimentações de investimentos	-	3.726	3.726	-	774	774
Saldo em 31 de dezembro de 2023	102.253	5.481.792	5.584.045	96.898	14.549	111.447

(*) A mais-valia referente ao investimento da Passos Maia S.A. é decorrente da aquisição do controle das ações da Statkraft Energias Renováveis S.A. que detém 50% das ações dessa investida. Esse montante é testado por meio de teste de "impairment". Em 31 de dezembro de 2023 não há indícios de qualquer provisão de realização.

c) Informações financeiras de controladas, controladas em conjunto e coligadas do Grupo:

	Participação no capital social (%)	31.12.2023				31.12.2022			
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Empresas controladas diretas:									
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	99,99%	899.820	797.577	81.454	20.789	794.350	765.988	(16.366)	44.728
Statkraft Energias Renováveis S.A.	100,00%	5.319.844	558.509	4.380.356	380.979	3.834.080	630.106	2.966.160	237.814
		<u>6.219.665</u>	<u>1.356.086</u>	<u>4.461.810</u>	<u>401.768</u>	<u>4.628.430</u>	<u>1.396.094</u>	<u>2.949.794</u>	<u>282.542</u>
Empresas controladas indiretas:									
Energen Energias Renováveis S.A.	100,00%	116.445	3.298	101.317	11.830	108.705	7.388	99.864	1.453
Esmeralda S.A.	100,00%	52.750	10.566	5.312	36.872	53.905	1.708	15.243	36.954
Macaúbas Energética S.A.	100,00%	113.374	15.149	74.682	23.543	103.597	7.215	83.911	12.471
Moinho S.A.	100,00%	82.490	5.964	61.197	15.328	80.767	9.741	64.722	6.304
Morro do Cruzeiro I S.A.	100,00%	322.936	150.347	174.121	(1.532)	83.218	6.836	79.362	(2.980)
Morro do Cruzeiro II S.A.	100,00%	242.812	106.226	138.223	(1.637)	58.303	2.336	57.981	(2.014)
Novo Horizonte Energética S.A.	100,00%	95.714	10.723	63.531	21.459	96.329	5.394	73.551	17.384
Oslo I S.A.	100,00%	273.769	119.563	160.447	(6.241)	257.977	109.389	150.991	(2.403)
Oslo II S.A.	100,00%	152.431	65.513	89.519	(2.601)	146.514	58.476	89.143	(1.105)
Oslo III S.A.	100,00%	450.627	202.809	259.304	(11.486)	428.492	191.847	241.954	(5.309)
Oslo IV S.A.	100,00%	330.880	141.318	196.368	(6.806)	290.570	130.435	160.411	(276)
Oslo V S.A.	100,00%	322.947	134.708	196.117	(7.877)	287.106	124.049	164.056	(999)
Oslo VI S.A.	100,00%	177.157	70.492	110.895	(4.230)	151.643	64.889	87.498	(744)
Sol de Brotas 4 S.A.	100,00%	63	55	32	(24)	83	51	52	(20)
Oslo VIII S.A.	100,00%	157.816	64.299	96.073	(2.556)	141.534	59.353	83.135	(954)
Oslo IX S.A.	100,00%	235.411	102.834	139.047	(6.469)	217.385	95.656	120.167	1.562
Oslo X S.A.	100,00%	234.017	96.671	143.990	(6.644)	204.742	89.374	115.013	355
Sol de Brotas 2 S.A.	100,00%	3	3	33	(33)	12	-	20	(8)
Sol de Brotas 1 S.A.	100,00%	3	3	33	(33)	12	-	20	(8)
Sol de Brotas 3 S.A.	100,00%	3	3	32	(32)	12	-	20	(8)
Sol de Brotas 5 S.A.	100,00%	3	3	32	(32)	12	-	20	(8)
Santa Fé Energia S.A.	100,00%	151.502	9.047	112.818	29.637	147.006	2.758	105.744	38.504
Santa Laura S.A.	100,00%	45.171	6.989	15.474	22.708	47.425	1.142	22.400	23.883
Santa Rosa S.A.	100,00%	101.674	14.394	37.420	49.860	103.453	1.560	49.284	52.609
Seabra Energética S.A.	100,00%	126.130	24.525	81.259	20.346	95.612	5.021	74.665	15.926
Serra da Mangabeira S.A.	100,00%	407.292	193.494	222.381	(8.584)	314.925	158.709	157.150	(934)
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	100,00%	52.714	35.316	(59.508)	76.906	51.183	32.098	10.034	9.051
Sol de Brotas 6 S.A.	100,00%	36	230	(191)	(4)	37	228	25	(216)
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	100,00%	195	813	(207)	(412)	350	804	(77)	(377)
		<u>4.246.363</u>	<u>1.585.356</u>	<u>2.419.751</u>	<u>241.257</u>	<u>3.470.909</u>	<u>1.166.457</u>	<u>2.106.359</u>	<u>198.093</u>
Empresas controladas em conjunto indiretas:									
Passos Maia Energética S.A.	50,00%	52.692	5.292	30.265	17.136	53.306	13.070	35.624	4.613
		<u>52.692</u>	<u>5.292</u>	<u>30.265</u>	<u>17.136</u>	<u>53.306</u>	<u>13.070</u>	<u>35.624</u>	<u>4.613</u>
Empresa coligada indireta:									
CERAN – Companhia Energética Rio das Antas	5,00%	40.229	25.680	14.921	(372)	42.007	39.087	12.000	2.921
		<u>40.229</u>	<u>25.680</u>	<u>14.921</u>	<u>(372)</u>	<u>42.007</u>	<u>39.087</u>	<u>12.000</u>	<u>2.921</u>

13. Combinação de negócios

a) Aquisição de controladas indiretas

Em 29 de dezembro de 2023, a controlada direta Statkraft Energias Renováveis S.A., adquiriu 100% da participação societária da Central Eólica Jerusalém Holding S.A. (Complexo Jerusalém) e das empresas Central Eólica Boqueirão I S.A. e Central Eólica Boqueirão II S.A. (Complexo Boqueirão), incluindo oito parques eólicos e uma holding não operacional localizados nas cidades de Lajes, Pedra Preta, Pedro Avelino, e Caiçara do Rio do Vento, no estado do Rio Grande do Norte, Brasil. Os Complexos Jerusalém e Boqueirão são parques de geração de energia eólica operacionais com capacidade de geração de 180,60 MW e 79,8 MW, respectivamente.

A transação está alinhada à estratégia da Statkraft de possuir portfólios flexíveis em geração renovável através do desenvolvimento de projetos próprios e de aquisições.

As oito subsidiárias operacionais adquiridas na transação estão descritas a seguir:

- Complexo Jerusalém:
 - Central Eólica Jerusalém I S.A.
 - Central Eólica Jerusalém II S.A.
 - Central Eólica Jerusalém III S.A.
 - Central Eólica Jerusalém IV S.A.
 - Central Eólica Jerusalém V S.A.
 - Central Eólica Jerusalém VI S.A.
- Complexo Boqueirão:
 - Central Eólica Boqueirão I S.A.
 - Central Eólica Boqueirão II S.A.

a) Contraprestação transferida

O valor total da compra é de R\$1.020.466 em 29 de dezembro de 2023 e está distribuído da seguinte forma:

	Complexo Jerusalém	Complexo Boqueirão	Total
Preço de aquisição	669.362	351.104	1.020.466
Contraprestação retida ¹	(29.988)	-	(29.988)
Total da contraprestação transferida	<u>639.374</u>	<u>351.104</u>	<u>990.478</u>

¹ uma parte do pagamento acordado com os vendedores foi retida pela Companhia até que uma linha de crédito contratada pelo Complexo Jerusalém seja integralmente liberada. O valor justo do pagamento retido, na data de aquisição, é de R\$29.988 e foi calculado com base no valor da dívida, líquida dos desembolsos já recebidos, sensibilizados por um fator previsto no contrato de compra e venda da transação.

Com base na melhor estimativa da Companhia, os valores apurados referente a combinação de negócio para a aquisição das companhias das Companhias do Complexo Jerusalém e Complexo Boqueirão estão divulgadas abaixo:

b) Acervo líquido ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data base de 29 de dezembro de 2023:

	Complexo Jerusalém	Complexo Boqueirão	Total
Caixa e equivalentes de caixa	9.738	1.552	11.290
Contas a receber	1.934	4.733	6.667
Partes relacionadas	10.344	(65)	10.279
Impostos e contribuições a recuperar	7.714	3.098	10.813
Estoques	79	70	148
Aplicação financeira restrita	17.148	6.052	23.200
Imobilizado	923.265	422.770	1.346.035
Intangível	167.690	154.694	322.384
Outros ativos	5.418	2.360	7.779
Fornecedores	(9.902)	(5.711)	(15.613)
Financiamentos e debêntures	(419.783)	(229.860)	(649.644)
Impostos e contribuições a pagar	(9.486)	(3.503)	(12.989)
Impostos diferidos	(63.778)	(58.538)	(122.316)
Passivo de arrendamento	(1.807)	-	(1.807)
Dividendos a pagar	(7.265)	(2.639)	(9.904)
Provisão para remoção de imobilizado	(3.397)	(1.501)	(4.898)
Passivo contingente (i)	(21.388)	(920)	(22.308)
Outros passivos	(941)	(25)	(966)
Total do ativo líquido ao valor justo	<u>605.583</u>	<u>292.567</u>	<u>898.150</u>

A alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos identificados pode ser assim apresentada:

	Complexo Jerusalém	Complexo Boqueirão	Total
Imobilizado	41.279	18.398	59.677
Intangível	167.691	154.693	322.384
Passivo Contingente	(21.388)	(920)	(22.308)
Impostos diferidos passivos	(63.778)	(58.538)	(122.316)
Total de ajustes ao valor justo	<u>123.804</u>	<u>113.633</u>	<u>237.437</u>

(i) Passivos contingentes

Na aquisição do controle do Complexo Jerusalém e do Complexo Boqueirão, a Companhia identificou um passivo contingente referente à obrigação de pagamento de IOF. O valor justo dessa obrigação na data de aquisição foi mensurado em R\$22.308.

c) Mensuração de valor justo

A mensuração do valor justo dos ativos foi realizada considerando a metodologia do fluxo de caixa livre, utilizando como taxa de desconto a WACC. A metodologia aplicada para o fluxo de caixa livre considera os seguintes critérios:

- i) Metodologia: foi aplicado o MPEEM – Método dos lucros excedentes por vários períodos, no qual capitalizam-se os rendimentos futuros gerados durante a vida útil do ativo intangível em questão, após a subtração dos ativos tributários e desconto da taxa de imposto aplicável;

ii) Receita líquida projetada: corresponde a capacidade de geração de resultados futuros ao longo do período de autorização;

iii) EBITDA: utilizou-se a margem EBITDA considerada no BEV (*Business Enterprise Value*);

iv) Encargos por Ativos Contributórios (CACs):

- Capital de giro – calculado sobre a receita, com base na taxa anual de retorno correspondente ao custo da dívida multiplicado pelo capital de giro líquido do período;
- Ativo Imobilizado (não relacionados às concessões) – calculado sobre a receita líquida, composto pelo retorno com base na taxa anual de retorno sobre o saldo médio do imobilizado e no montante de depreciação projetado;

v) Taxa de desconto: foi considerada a taxa WACC;

vi) Vida Útil: considera em média 34 anos e 1 mês de vida útil, que se refere ao prazo de cada uma das autorizações; e

vii) Tax Amortization Benefit (“TAB”): o benefício tributário encontra-se implicitamente alocado no valor dos contratos, uma vez que o valor integral que excede o PL contábil e outras mais/menos valias é alocado integralmente aos intangíveis.

d) Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

	Complexo Jerusalém	Complexo Boqueirão	Total
Total da contraprestação	669.362	351.104	1.020.466
Patrimônio líquido das adquiridas	481.780	178.933	660.713
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	123.803	113.634	237.437
Ativos líquidos adquiridos	605.583	292.567	898.150
Ágio	63.778	58.538	122.316

O ágio constituído é atribuível ao saldo de passivo fiscal diferido reconhecido na aquisição, em decorrência da não intenção de incorporação das subsidiárias pela Statkraft no momento da aquisição. O passivo fiscal diferido é derivado da diferença temporária relativa à mais-valia do intangível e do imobilizado. A Companhia não identifica risco de impairment sobre o ágio apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

e) Contribuição na receita e resultado

Se o Complexo Jerusalém e o Complexo Boqueirão tivessem sido consolidados a partir de 1º de janeiro de 2023, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R\$1.125.708 e lucro líquido pro forma de R\$442.187. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquiridas e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

14. Imobilizado (Consolidado)

	Taxa média de depreciação					Consolidado			
		Custo histórico	Impairment	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Impairment	Depreciação acumulada	Valor líquido
		31.12.2023				31.12.2022			
Terrenos	3%	26.731	(118)	(8.837)	17.776	26.731	(118)	(8.351)	18.262
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	987.342	(8.399)	(397.986)	580.957	868.056	(8.734)	(237.757)	621.565
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2%	305.118	(4.788)	(51.121)	249.209	116.905	(4.787)	(44.988)	67.130
Máquinas e Equipamentos	4%	587.063	(10.580)	(264.135)	312.348	528.949	(10.246)	(240.859)	277.844
Linhas de transmissão	2%	154.289	(74)	(9.709)	144.506	22.135	(74)	(8.367)	13.694
Aerogeradores	3%	2.875.134	(19.154)	(354.804)	2.501.176	645.510	-	(309.612)	335.898
Outros ativos	7%	20.411	(57)	(12.071)	8.283	20.208	(57)	(10.739)	9.412
Imobilizado em curso	0%	2.110.721	-	-	2.110.721	2.482.060	-	-	2.482.060
Arrendamentos	9%	31.206	-	(12.911)	18.295	24.167	-	(9.421)	14.746
	3%								
		<u>7.098.015</u>	<u>(43.170)</u>	<u>(1.111.573)</u>	<u>5.943.271</u>	<u>4.734.721</u>	<u>(24.016)</u>	<u>(870.094)</u>	<u>3.840.611</u>

	Consolidado									
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 31.12.2022	18.262	621.565	67.130	277.844	13.694	335.898	9.412	2.482.060	14.746	3.840.611
Adições	-	-	-	-	-	-	-	870.230	-	870.230
Aquisição nova empresa	-	-	-	-	-	1.344.279	-	148	1.755	1.346.182
Transferências	-	6.780	186.346	56.132	132.144	853.823	221	(1.242.182)	6.736	-
Transferências intangível	-	-	-	-	-	-	-	465	-	465
Depreciação	(486)	(47.388)	(4.006)	(21.628)	(1.332)	(27.197)	(1.350)	-	(4.908)	(108.295)
Baixas	-	-	(261)	-	-	(5.627)	-	-	(34)	(5.922)
Saldo em 31.12.2023	<u>17.776</u>	<u>580.957</u>	<u>249.209</u>	<u>312.348</u>	<u>144.506</u>	<u>2.501.176</u>	<u>8.283</u>	<u>2.110.721</u>	<u>18.295</u>	<u>5.943.271</u>

a) Custo de remoção de imobilizado

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios reavaliou a abordagem da Companhia, e a partir desta data considera que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área o máximo possível ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas e tem como base as informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento.

O saldo de provisão para remoção de imobilizado é apresentado da seguinte forma:

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
UEE Macaúbas (i)	1.421	3.172
UEE Seabra (i)	1.290	2.719
UEE Novo Horizonte (i)	1.217	2.719
UEE Energen (i)	1.607	3.843
UEE Oslo I	1.987	1.988
UEE Oslo II	1.224	1.119
UEE Oslo III	3.116	3.116
UEE Oslo IV	2.229	2.229
UEE Oslo V	1.052	1.051
UEE Oslo VI	585	585
UEE Oslo VIII	1.086	1.086
UEE Oslo IX	779	779
UEE Oslo X	776	776
UEE Serra da Mangabeira	1.313	1.313
Morro do Cruzeiro I	1.313	-
Morro do Cruzeiro II	1.223	-
Central eólica Jerusalém I (ii)	553	-
Central eólica Jerusalém II (ii)	553	-
Central eólica Jerusalém III (ii)	553	-
Central eólica Jerusalém IV (ii)	553	-
Central eólica Jerusalém V (ii)	553	-
Central eólica Jerusalém VI (ii)	632	-
Boqueirão I (ii)	790	-
Boqueirão II (ii)	711	-
Total	27.116	26.495

(i) Conforme alteração da estimativa de vida útil dos ativos, no segundo trimestre de 2023, a Companhia procedeu com uma atualização dos valores reconhecidos para suportar os custos com a remoção dos ativos de geração eólica, resultando em uma redução no montante de R\$ 10.873 na provisão.

(ii) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram acrescentados os montantes das provisões para remoção de imobilizado referentes aos complexos eólicos operacionais (Jerusalém e Boqueirão).

15. Intangível (consolidado)

	Taxa média de depreciação a.a.	31.12.2023				31.12.2022			
		Custo histórico	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido
		Consolidado				Consolidado			
Softwares	19%	17.855	(1)	(15.852)	2.002	11.707	(1)	(7.971)	3.735
Ágio	0%	416.293	(42.302)	-	373.991	293.977	(42.302)	-	251.675
Contratos de energia	14%	1.087.545	(3.502)	(419.795)	664.248	469.601	(3.502)	(68.796)	397.303
Uso do bem público	6%	57.010	-	(35.118)	21.892	57.010	-	(31.834)	25.176
Extensão de outorga	10%	96.364	-	(20.926)	75.438	96.094	-	9.430	105.524
Outros Intangíveis	4%	3.456	(21)	(1.204)	2.231	3.832	(21)	(1.514)	2.297
Projetos em desenvolvimento	5%	129.992	-	(299)	129.693	129.992	-	-	129.992
		1.808.515	(45.826)	(493.194)	1.269.495	1.062.213	(45.826)	(100.685)	915.702

	31.12.2022							31.12.2023								
	Softwares	Ágio	Contratos de energia	Uso do bem público	Extensão de outorga	Outros Intangíveis	Projetos em desenvolvimento	Total	Softwares	Ágio	Contratos de energia	Uso do bem público	Extensão de outorga	Outros Intangíveis	Projetos em desenvolvimento	Total
Saldo em 31.12.2022	3.735	251.675	397.303	25.176	84.598	2.297	129.992	894.776	3.735	251.675	397.303	25.176	84.598	2.297	129.992	894.776
Aquisição nova empresa	-	122.316	322.385	-	-	-	-	444.701	-	122.316	322.385	-	-	-	-	444.701
Transferências do imobilizado	(437)	-	-	-	-	(28)	-	(465)	(437)	-	-	-	-	(28)	-	(465)
Amortização	(1.296)	-	(55.440)	(3.284)	(9.160)	(38)	(299)	(69.517)	(1.296)	-	(55.440)	(3.284)	(9.160)	(38)	(299)	(69.517)
Saldo em 31.12.2023	2.002	373.991	664.248	21.892	75.438	2.231	129.693	1.269.495	2.002	373.991	664.248	21.892	75.438	2.231	129.693	1.269.495

a) Testes de “impairment” para o ágio

A composição do ágio registrado contabilmente pode ser apresentada conforme resumo abaixo:

Passos Maia Energética S.A.	3.541
Statkraft Energias Renováveis S.A.	214.241
Santa Fé Energia S.A.	33.894
	<hr/>
	251.676
	<hr/>

No cenário do teste de “impairment” realizado, o Grupo considerou como unidades geradoras de caixa suas controladas e coligadas, tendo em vista que estas geram fluxos de caixa que podem ser identificados separadamente.

Considerando tal premissa o ágio proveniente da aquisição da controlada Statkraft Energias Renováveis S.A. foi alocado para cada unidade geradora de caixa (UGC) conforme apresentado a seguir:

UGC	Controladora e Consolidado
Energen - Energias Renováveis S.A.	2.017
Esmeralda S.A.	32.957
Macaúbas Energética S.A.	18.515
Moinho S.A.	4.404
Monel Monjolinho Energética S.A.	44.437
Novo Horizonte Energética S.A.	20.721
Santa Laura S.A.	17.637
Santa Rosa S.A.	41.978
Seabra Energética S.A.	20.500
Passos Maia Energética S.A.	11.179
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(104)
	<hr/>
Total	214.241
	<hr/>

O valor recuperável das UGCs foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração até o período de vigência de cada concessão ou autorização.

Os fluxos de caixa foram projetados com base numa taxa de crescimento estipulada, conforme previsão dos contratos de compra de energia. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do mercado.

Para cada UGC com valor relevante de ágio, foram consideradas como premissas-chave aplicadas para cálculo do valor em uso a estimativa de geração para os períodos futuros, as previsões de custos operacionais, dispêndio anual para aquisição de imobilizado e a taxa de desconto.

O ágio da PCH Passos Maia no montante de R\$3.541 registrado a nível da controlada SKER foi testado para os exercícios de 2022 e 2023, não havendo necessidade de contabilização de provisão para perda ao valor recuperável.

Na controlada SKER, em 31 de dezembro de 2021 foi reconhecida uma perda sobre o valor recuperável do ágio sobre expectativa de rentabilidade futura da investida Santa Fé Energia S.A. no montante de R\$9.159. Além desse impacto, em 2023, 2022 e 2021, o teste de recuperabilidade não gerou perdas adicionais a serem reconhecidas no exercício.

16. Fornecedores

O saldo de fornecedores pode ser assim apresentado:

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores de materiais e serviços	81.979	40.450
Contratos de compra de energia elétrica	22.634	27.477
Mercado de curto prazo a pagar	70.314	52.441
Saldo a liquidar referente contratos do PROINFA	-	1.365
	<u>174.927</u>	<u>121.733</u>

17. Financiamentos e debêntures

Os financiamentos mantidos pelo Grupo são em quase na sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPEs ou para aquisição de ativos, e têm sua composição assim demonstrada:

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Financiamento de obras - BNB (a)	1.329.166	1.011.850
Financiamento de obras - BB	419.783	-
Financiamento de obras - BNDES	229.860	-
Debêntures (b)	-	76.456
Outros empréstimos (c)	156.453	260.709
Total	<u>2.135.262</u>	<u>1.349.015</u>

Apresentados como:

Passivo circulante	271.660	184.165
Passivo não circulante	1.863.602	1.164.850

a) Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A.

No decorrer do 4º trimestre de 2020, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de até R\$1.062.724, dos quais, em 31 de dezembro de 2023, aproximadamente 90% já foram desembolsados no nível das investidas constituídas para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados, garantias bancárias atreladas e prazo total de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA.

Em 9 de março de 2022, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de R\$256.729 para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Morro do Cruzeiro. Os contratos possuem carência de 3 anos e prazo total de 22 anos. O custo de captação compreende juros de 3,6113% a.a. adicionados ao IPCA. Até o período findo em 31 de dezembro de 2023 não houve desembolsos incorridos para tais contratos.

b) Debêntures

Em 20 de dezembro de 2018, a controlada SKER emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos, sendo a primeira amortização liquidada em junho de 2021. A última amortização ocorreu em dezembro de 2023. Conforme previsto na escritura de emissão, após o atingimento de algumas condições precedentes a operação passou a não possuir garantias, o que foi atingido ainda em 2018, sendo as principais características juros remuneratórios e “covenants” especificados a seguir:

(i) Juros remuneratórios

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa “*pro rata temporis*”, por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

(ii) Cláusulas de Eventos de Inadimplemento

A escritura de debêntures possui cláusula que requer que, durante o período de amortização do contrato, a SKER acompanhe em bases semestrais o índice financeiro calculado por meio da dívida líquida sobre EBITDA igual ou menor do que 3,5x. A SKER se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 1,7x para 31 de dezembro de 2023 (2,2x para 31 de dezembro de 2022), ou seja, está adimplente para os referidos exercícios.

c) Outros empréstimos

(i) Gerenciamento de dívida

Em 20 de fevereiro de 2020, a controlada SKER contratou o montante de R\$255.000 com o Banco BNP Paribas Brasil. Esse contrato está amparado pela Lei 4.131 de setembro de 1962. O empréstimo foi utilizado para realizar aportes de capital nas subsidiárias do Grupo com a finalidade de liquidação de dívidas a nível das investidas junto aos bancos BNB e BNDES. A taxa de juros fixa é de 6,5% a.a., e a dívida está denominada em reais. As garantias estão atreladas aos recebíveis oriundos de alguns contratos de longo prazo de venda de energia da SKER. Para evitar vencimento antecipado, a SKER terá que manter seu índice de dívida líquida sobre EBITDA menor ou igual a 3,5 semestralmente, a partir de 30 de junho de 2020. Tal controlada se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 1,7x para 31 de dezembro de 2023, (2,2x para 31 de dezembro de 2022). As amortizações ocorrerão por meio de parcelas iguais e semestrais, com o primeiro vencimento em 27 fevereiro de 2023 encerrando em 27 de fevereiro de 2025.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>970.974</u>
Captação de financiamentos	558.620
Custos e encargos a apropriar	(9.374)
Pagamento de principal	(221.637)
Pagamento de encargos	(37.267)
Juros capitalizados	53.306
Custos e encargos apropriados no resultado	34.393
Em 31 de dezembro de 2022	<u>1.349.015</u>
Aquisição de controlada indireta (Nota 12)	649.643
Captação de financiamentos	249.681
Custos e encargos a apropriar	(11.303)
Pagamento de principal	(178.728)
Pagamento de encargos	(23.066)
Juros capitalizados	74.388
Custos e encargos apropriados no resultado	25.631
Em 31 de dezembro de 2023	<u>2.135.262</u>

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

Em 31 de dezembro de 2023	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Financiamento de obras - BNB	28.416	30.981	36.285	40.112	1.054.436	1.190.230
Financiamento de obras - BB	13.090	13.090	13.090	13.090	157.086	209.446
Financiamento de obras – BNDES	21.638	21.638	21.638	21.638	326.374	412.926
Outros Empréstimos	51.000	-	-	-	-	51.000
Total	114.144	65.709	71.013	74.840	1.537.896	1.863.602

18. Concessões a pagar

Refere-se integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Monel, ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50% ao ano. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

	Consolidado	
Em 1º de janeiro de 2022		110.820
Pagamentos realizados		(13.598)
Encargos financeiros apropriados ao resultado		16.494
Em 31 de dezembro de 2022		113.716
Pagamentos realizados		(14.197)
Encargos financeiros apropriados ao resultado		5.815
Em 31 de dezembro de 2023		105.334
Apresentados como:	31.12.2023	31.12.2022
Passivo circulante	14.598	15.714
Passivo não circulante	90.736	98.002

19. Tributos a recolher

A composição de impostos e contribuições é apresentada conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
PIS a recolher	349	73	555	1.241
COFINS a recolher	1.716	450	20.438	5.890
ISS a recolher	-	4	1.984	2.4045
ICMS a recolher	-	-	9.396	99
Tributos retidos a recolher	11	-	22.844	-
Tributos sobre importação	1.051	1.047	5.730	1.062
IOF a recolher	-	-	8.115	300
Outros tributos a recolher	-	-	-	2.830
Total	3.127	1.574	69.062	13.827
Apresentados como:				
Passivo Circulante	3.127	1.574	68.037	12.902
Passivo não circulante	-	-	1.025	925

20. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Retenção geral na aquisição de controlada (*)	38.677	42.630	38.677	42.630
Contraprestação contingente na aquisição de controlada (*)	71.285	63.253	71.285	63.253
Provisão para compensação ambiental	-	-	3.813	4.179
P&D (ANEEL) a pagar	-	-	3.916	2.668
Garantias financeiras prestadas	-	-	6.269	6.572
Provisão para bônus	-	-	-	4.404
Contraprestação contingente	-	-	29.988	-
Outras contas a pagar	-	5	12.155	1.297
	<u>109.962</u>	<u>105.888</u>	<u>166.103</u>	<u>125.003</u>
Apresentados como:				
Passivo circulante	-	7	53.027	16.334
Passivo não circulante	109.962	105.881	113.076	108.668

(*) Saldos a liquidar oriundos da aquisição da controlada direta Statkraft Energias Renováveis S.A. conforme combinação de negócios realizada na data do fechamento da transação.

21. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

O Grupo constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem processos trabalhistas, fiscais e cíveis. Os valores provisionados podem ser assim apresentados:

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Processos trabalhistas	475	873
Processos fiscais	5.119	4.674
Processos cíveis	1.967	12.122
	<u>7.561</u>	<u>17.669</u>

A movimentação dos saldos passivos é assim demonstrada:

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	<u>17.669</u>
Adição	49
Atualização	21
Reversão	<u>(10.178)</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>7.561</u>

Contingências possíveis

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Processos investigativos

- a) Em 10 de fevereiro de 2023, a Moinho S.A. controlada indireta, bem como Passos Maia Energética S.A., controlada em conjunto da Companhia, firmaram um Acordo de Leniência com o poder público do estado de Minas Gerais para um dos casos denunciados e realizaram o pagamento de R\$9.744 e R\$24.073,

respectivamente, em multas e ressarcimentos de vantagem indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft.

Como fruto do acordo, a Companhia implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a Companhia continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado para os outros casos relatados.

- b) A Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”) e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.
- c) A SKER também é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

Os demais passivos contingentes com probabilidade de perda considerada possível são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	663	1.332
Fiscais	191.071	100.533
Cíveis	74.320	21.511
	<u>266.054</u>	<u>123.376</u>

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado foi dividido em 5.232.443 quotas (3.057.291 em 31 de dezembro de 2022), com valor nominal de R\$1,00 cada, sendo 99,99% das quotas pertencentes à Statkraft AS e 0,01% pertencente à Statkraft IH Invest AS. Os resultados apurados ao final de cada exercício social deverão ter o destino que vier a ser determinado pelos cotistas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou lucro líquido no montante de R\$276.311 o qual foi somado ao saldo de lucros, mais um complemento de R\$2.095 relativo a 2022, compondo o montante de R\$301.353 (R\$199.445 em 31 de dezembro de 2022).

b) Aumento de capital

Em 4 de setembro de 2023, houve o aumento do capital social, que se encontra totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 923.500 (novecentos e vinte e três milhões e quinhentos mil reais), sendo a totalidade destinada para a conta de capital social, mediante a criação de 923.500 (novecentos e vinte e três milhões e quinhentas mil) novas quotas, com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Em 22 de novembro de 2023, houve o aumento de capital de R\$223.100 (duzentos e vinte e três milhões e cem mil reais), foi aprovado e integralizado, resultando na emissão de 223.100 (duzentos e vinte e três milhões e cem mil) novas quotas, com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Em 30 de setembro de 2023, houve o aumento do seu capital social no valor de R\$ 1.324.642 (um bilhão, trezentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e quarenta e dois mil reais) através da subscrição de novas ações na quantidade de 169.214 (cento e sessenta e nove milhões, duzentos e catorze mil) novas quotas, com o valor

nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, devendo a integralização total de capital ocorrer em três parcelas nos dias: (i) 28 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 1.024.642; (ii) 01 de fevereiro de 2024 no valor de R\$ 150.000; e (iii) 01 de outubro de 2024 no valor de R\$ 150.000.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” da empresa DFESA - Dona Francisca Energética S.A., na qual a SKER detém um investimento de 2,12%, refere-se aos ganhos ou perdas não realizados dos instrumentos financeiros patrimoniais mantidos ao valor justo. Estes são mensurados por meio de outros resultados abrangentes e representam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo mensurado para a data de cada demonstração financeira, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos. Em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido o montante de R\$ 78 equivalência reflexa deste investimento.

d) Ágio não controlador por ativo

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia registrou referente a aquisição da participação de 18,31% da FUNCEF a mais-valia no valor de R\$ 85.141 e ágio no valor de R\$ 40.042 totalizando o valor de R\$ 125.183.

e) Ativos a valor justo por meio de outros resultados

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia registrou o valor de R\$ 6.885 de ativos a valor justo por meio de outros resultados da Passos Maia sobre a FUNCEF.

23. Receita líquida

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Receita Bruta		
Contrato de Energia de Reserva – CER	121.050	119.926
Contrato de Compra de Energia Regulada – CCEAR	160.274	153.305
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	145.801	143.665
Contrato Ambiente de Contratação Livre – ACL	444.870	349.469
Contrato Bilateral Regulado – CBR	139.390	131.484
Mercado de curto prazo (CCEE)	721.954	566.270
Contratos de comercialização de energia	125.786	164.594
Serviços de Operação e Manutenção - O&M	119	1.218
Certificados de energia renovável	-	1.952
	1.859.244	1.631.883
Impostos incidentes sobre receita		
PIS	(27.301)	(23.847)
COFINS	(125.773)	(99.952)
ICMS	(4.844)	(43)
ISS	(516)	(127)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.895)	(2.660)
	(161.329)	(126.629)
Receita operacional líquida	1.697.915	1.505.254

24. Custos, despesas e valor justo de contratos de energia

a) Custos do fornecimento de energia, serviços prestados e valor justo dos contratos de comercialização de energia

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(226.413)	(289.138)
Custo da comercialização de energia elétrica	(685.401)	(531.556)
Depreciação e amortização	(102.619)	(105.726)
Salários e encargos sociais	(10.750)	(5.490)
Encargos setoriais	(57.650)	(32.301)
Seguros fianças e comissões	(26.928)	(18.813)
Serviços de terceiros	(5.950)	(2.120)
Outros	(6.066)	188
	<u>(1.121.777)</u>	<u>(984.956)</u>

b) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Salários e encargos sociais	(1)	(304)	(77.459)	(64.718)
Impostos e taxas	(6)	(244)	(14.560)	(6.275)
Serviços de terceiros	(1.071)	(862)	(66.061)	(51.439)
Serviços de partes relacionadas	(84)	408	(4.796)	(3.721)
Viagens e estadias	-	(75)	(9.810)	(7.634)
Aluguéis e condomínios	-	-	(1.717)	(1.580)
Propaganda e publicidade	-	-	(989)	(836)
Água, energia elétrica e telefone	-	-	-	(163)
Seminários e eventos corporativos	-	-	(355)	(49)
Depreciação e amortização	-	(1.103)	(5.349)	(5.989)
Amortização de mais valia de ativos	-	-	-	(54.078)
Remuneração dos administradores	-	-	(11.157)	(10.829)
Encargos setoriais	-	-	(5.679)	(4.769)
Participação nos Resultados	-	-	(4.866)	(5.051)
Seguros fianças e comissões	-	(141)	-	(141)
Estudos em desenvolvimento	-	-	(10.564)	(3.030)
Materiais	-	-	(485)	(4.034)
Outros	(1.128)	(65)	(7.628)	(6.005)
	<u>(2.290)</u>	<u>(2.386)</u>	<u>(221.475)</u>	<u>(230.341)</u>

c) Outras receitas (Despesas)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(4.472)	(290)	(5.095)	(10.098)
Lucros cessantes e danos materiais	-	-	32.365	24.755
Perdas com baixas no imobilizado	-	-	(2.558)	(642)
Baixa de mútuo com partes relacionadas	-	(38.600)	-	-
Outras receitas (despesas)	19.039	-	30.908	5.559
	<u>14.567</u>	<u>(38.890)</u>	<u>55.620</u>	<u>19.574</u>

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras				
Com aplicações financeiras	1.853	34	78.525	91.702
Variações monetárias ativas	272	90	634	759
Juros sobre capital próprio	17.000	-	-	-
Juros sobre contratos de mútuo	-	14.653	-	4.436
Outras receitas financeiras	-	-	7.394	456
Total das receitas financeiras	<u>19.124</u>	<u>14.777</u>	<u>86.552</u>	<u>97.353</u>
Despesas financeiras				
Com financiamentos	-	-	(26.427)	(34.420)
Reversão de juros sobre mútuo	-	(28.197)	-	-
Juros sobre contratos de mútuo	-	-	(1.993)	-
Comissões de fianças e garantias	-	(3.622)	-	-
IOF, multas e juros sobre tributos	(8.890)	-	(10.262)	(6.044)
Juros sobre pagamento de compra de energia	-	-	(507)	-
Variações monetárias passivas	(97)	(8)	(1.077)	(1.124)
Despesas financeiras sobre concessões	-	-	(5.806)	(15.222)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(122)	(1.160)
Provisão para perda ao valor recuperável de ativo financeiro	-	-	(1.379)	(1.378)
Outras despesas financeiras	(9.402)	(4.994)	(11.542)	(10.805)
Total das despesas financeiras	<u>(18.388)</u>	<u>(36.821)</u>	<u>(59.114)</u>	<u>(70.153)</u>
Resultado financeiro	<u>736</u>	<u>(22.044)</u>	<u>27.438</u>	<u>27.200</u>

26. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro antes dos tributos	213.792	184.974	458.321	357.634
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	(72.689)	(62.891)	(155.829)	(121.596)
Adições permanentes				
Impostos diferidos sobre demais diferenças temporárias	45.413	44.002	45.413	44.002
Outras Adições (Exclusões) temporárias ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	50.010	(42.731)	44.857	120.104
	95.423	1.271	90.270	164.106
Exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(304.998)	248.403	(16.764)	20.549
Outras adições (Exclusões) permanentes ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	(39.075)	(11.154)	(39.038)	(19.437)
Aproveitamento de base fiscal negativa (limite de 30% do tributo devido) - IRPJ/CSLL	-	648	-	354
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	(162.835)
Dividendos provenientes de investimentos ao valor justo	-	-	(191)	353
Receitas (despesas) indedutíveis	-	-	-	(8.688)
Exclusão dos tributos diferidos sem perspectiva de realização	-	(10.191)	-	(52.324)
Compensação por base fiscal negativa	-	(1.511)	(34.879)	22.556
Constituição (reversão) de tributos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	-	-	(71.362)
Diferença de alíquota adicional do imposto de renda	-	70	-	718
Diferença entre base de cálculo do lucro real e presumido	-	-	(103.959)	146.759
Outros	-	-	(9.018)	(556)
	(344.073)	226.265	(203.848)	(123.913)
Total dos efeitos tributários	(248.651)	227.536	(113.579)	40.193
Efeitos tributários às alíquotas da legislação	(84.541)	77.362	(38.617)	13.665
Total de tributos no resultado do período	11.852	14.471	(117.213)	(107.930)
Alíquota efetiva - %	5,54%	7,82%	-25,57%	-30,18%
Composição dos tributos no resultado:				
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Corrente	(-)	(490)	(91.584)	(45.985)
Diferido	11.852	14.961	(25.630)	(61.945)
	11.852	14.471	(117.213)	(107.930)

b) Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído, oriundos de combinação de negócio e de variação do valor justo financeiros, e podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Diferenças temporárias advindas de combinação de negócios	(139.747)	(151.508)	(288.153)	(175.110)
Diferenças temporárias sobre ajuste ao valor justo de	-	-	(2.094)	(2.094)
Diferenças temporárias sobre depreciação, amortização e provisões	-	-	4.198	4.198
Diferenças temporárias sobre repactuação do risco hidrológico	-	-	(19.498)	(19.498)
Prejuízos fiscais recuperáveis	-	-	2.094	2.094
Saldo líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	(139.747)	(151.508)	(303.453)	(190.410)
Apresentados como:				
Ativo não circulante	-	-	1.143	43.134
Passivo não circulante	(139.747)	(151.508)	(304.596)	(233.544)
	(139.747)	(151.508)	(303.453)	(190.410)

O Grupo constituiu impostos diferidos sobre diferenças temporárias referentes a diferenças de taxas de depreciação, amortização e provisões. A expectativa de realização do total de impostos diferidos se estende até o prazo de concessão ou autorização das companhias cujas diferenças temporárias são registradas

27. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, debêntures, concessões a pagar, contratos de comercialização de energia e mútuos com partes relacionadas.

27.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da mesma. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco associado é oriundo apenas da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas às debêntures e financiamentos emitidos pelo Grupo indexadas à CDI e ao IPCA. Substancialmente, os demais passivos do Grupo não apresentam riscos de taxas de juros que possam afetar de forma relevante o fluxo de caixa, pois eles estão expostos à juros pré-fixados.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora		Consolidado		
	Menos de um ano	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021	2.161	365.944	314.770	111.841	461.633
Fornecedores nacionais	17	121.733	-	-	-
Financiamentos e debêntures	-	340.324	399.013	101.694	507.984
Partes relacionadas	2.091	6.876	-	-	-
Concessões a pagar	-	14.977	28.276	39.629	30.833
Dividendos a pagar	-	2.111	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	26.495
Em 31 de dezembro de 2022	4.269	851.965	742.059	253.164	1.026.945
Fornecedores nacionais	197	174.927	-	-	-
Financiamentos e debêntures	-	271.660	250.866	154.154	1.458.582
Partes relacionadas	2.096	24.162	-	-	-
Concessões a pagar	-	14.598	27.989	40.161	32.233
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	27.116
Total em 31 de dezembro de 2023	6.562	1.337.312	1.020.914	447.479	2.544.876

c) Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo está atualmente concentrado nos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pelo Grupo onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente o Grupo possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de financiamento do Grupo, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A Administração monitora regularmente estes índices financeiros,

com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

e) Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas a seguir e assumindo que eles se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados. Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas do Grupo, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus, na data de 23 de janeiro de 2023, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2023.

(ii) Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

Certificado de depósito interbancário (CDI)	Fator de risco	Valores expostos em 2023	Valores expostos em 2022	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	630.739	742.440	36.741	55.111	73.481	91.851	110.222
Aplicações financeiras restritas	CDI	60.505	24.082	3.524	5.287	7.049	8.811	10.573
Empréstimos e financiamentos	CDI	(2.135.262)	(1.349.015)	(124.379)	(186.569)	(248.758)	(310.948)	(373.137)
Impacto líquido		(2.074.757)	(1.324.933)	(120.855)	(181.282)	(241.709)	(302.136)	(362.564)
<i>Taxas consideradas - % ao ano</i>	<i>CDI</i>	<i>11,65%</i>	<i>13,75%</i>	<i>5,83%</i>	<i>8,74%</i>	<i>11,65%</i>	<i>14,56%</i>	<i>17,48%</i>

f) Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, concessões a pagar, demonstrados a valor contábil, menos a perda ("*impairment*"), quando aplicável, venham a estar próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1)
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

	31.12.2023			Consolidado 31.12.2022		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo						
Aplicação financeira restrita	60.505	-	60.505	24.082	-	24.082
Investimentos ao valor justo ¹	-	7.322	7.322	-	7.571	7.571
Contratos de comercialização de energia	514.741	209.977	724.718	581.272	-	581.272
Total do ativo	575.246	217.299	792.545	605.354	7.571	612.925
Contratos de comercialização de energia	562.671	146.152	708.823	662.237	36.402	698.639
Contraprestação contingente	-	101.273	101.273	-	63.253	63.253
Total do passivo	562.671	247.425	810.096	662.237	99.655	761.892

¹ A Companhia possui investimentos na empresa DEFESA (Dona Francisca Energética S.A.) na ordem de 2,12%, na qual não tem influência significativa e registra a valor justo nos respectivos montantes de R\$ 7.322 em 31 de dezembro de 2023 (R\$7.571 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar valores diferentes dos atuais registrados.

A partir de 31 de dezembro de 2021, a hierarquia do valor justo dos contratos com maturidade até 5 anos de comercialização de energia foi reavaliada do nível 3 para o nível 2 considerando que as premissas que sensibilizam de forma mais relevante a mensuração do valor justo destes instrumentos financeiros (dólar e preço de mercado) estão disponibilizadas em fontes observáveis do mercado. Os contratos de comercialização de energia de nível 3, compreendem os contratos que excedem o período considerado líquido pela Administração e os contratos de energia fechados nos submercados Norte e Nordeste.

g) Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado			
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
31 de dezembro de 2022				
Ativos, conforme balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	678.752	-	-	678.752
Contas a receber de clientes	-	191.905	-	191.905
Aplicação financeira restrita	64.115	-	-	64.115
Contrato de comercialização de energia	581.272	-	-	581.272
Investimentos ao valor justo	-	-	7.571	7.571
Repactuação do risco hidrológico	-	1.635	-	1.635
Propriedades para investimentos	2.239	-	-	2.239
	<u>1.326.378</u>	<u>193.540</u>	<u>7.571</u>	<u>1.527.489</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial:				
Fornecedores	-	121.733	-	121.733
Partes relacionadas	-	6.876	-	6.876
Financiamentos e debêntures	-	1.349.015	-	1.349.015
Concessões a pagar	-	113.716	-	113.716
Contrato de comercialização de energia	698.639	-	-	698.639
Provisão para remoção de imobilizado	-	26.495	-	26.495
Contraprestação contingente	17.669	-	-	17.669
Outros passivos	-	125.003	-	125.003
31 de dezembro de 2023	<u>716.308</u>	<u>1.742.838</u>	<u>-</u>	<u>2.459.146</u>
Ativos, conforme balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	644.530	-	-	644.530
Contas a receber de clientes	-	237.081	-	237.081
Aplicação financeira restrita	60.505	-	-	60.505
Contrato de comercialização de energia	724.718	-	-	724.718
Investimentos ao valor justo	-	-	7.322	7.322
Repactuação do risco hidrológico	-	1.635	-	1.635
Propriedades para investimentos	1.542	-	-	1.542
	<u>1.431.295</u>	<u>238.716</u>	<u>7.322</u>	<u>1.677.333</u>

Passivos, conforme balanço patrimonial:				
Fornecedores	-	174.927	-	174.927
Partes relacionadas	-	24.162	-	24.162
Financiamentos e debêntures	-	2.135.262	-	2.135.262
Concessões a pagar	-	105.334	-	105.334
Contrato de comercialização de energia	708.823	-	-	708.823
Provisão para remoção de imobilizado	-	27.116	-	27.116
Contraprestação contingente (Nota 22)	101.273	-	-	101.273
Outros passivos	-	65.131	-	65.131
	810.096	2.531.932	-	3.342.028

28. Outros riscos operacionais

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas por ele.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista o MRE estar suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou “*Generation Scaling Factor - GSF*”, que reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia. Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei nº 13.203/15 sancionou a repactuação do risco hidrológico a qual as usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Rosa e PCH Santa Laura aderiram e repactuação na modalidade de proteção de 100% extinguindo assim o risco de GSF. Com a finalidade de compensar os efeitos adversos do risco de GSF, a Lei nº 14.052/2020 proveu compensação aos participantes do MRE em forma de extensão da concessão, às quais as usinas hídricas do Grupo aderiram.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. Atualmente todas as usinas hídricas encontram-se no MRE.

b) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão

O Grupo possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para o Grupo, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada o Grupo será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

29. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas possuem contratos de locação de salas comerciais, veículos e terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma, a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente. Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial (nota explicativa nº 14).

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos de arrendamentos estão apresentados na rubrica de “Arrendamentos” do balanço patrimonial e são devidos como segue:

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Menos de 1 ano	4.514	6.018
Entre 2 e 5 anos	8.549	9.921
Mais de 5 anos	27.096	17.880
Total dos pagamentos mínimos	<u>40.159</u>	<u>33.819</u>
Encargos financeiros futuros	<u>(21.554)</u>	<u>(16.334)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>18.605</u>	<u>17.485</u>
Apresentados como:		
Circulante	4.088	6.018
Não circulante	14.517	11.467

30. Seguros (Não Auditado)

a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&O)

O Grupo é segurado na responsabilidade de seus administradores em apólice com vigência até 31 de dezembro de 2024.

b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para os riscos operacionais de suas usinas, visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, conforme valores de indenização adequados a continuidade de suas operações.

	Valores dos Bens	Valores das coberturas
Lucros cessantes	1.079.740	221.693
Danos materiais	2.865.008	588.247
	<u>3.944.748</u>	<u>809.940</u>

c) Seguro de responsabilidade civil e risco de engenharia

Adicionalmente, a Companhia possui seguro de responsabilidade civil tendo suas usinas como cosseguradas. A cobertura do seguro compreende o reembolso dos dispêndios incorridos na reparação de danos materiais e corporais causados a terceiros, ações emergenciais empreendidas com o objetivo de minorar ou evitar tais danos, assim como os prejuízos financeiros causados, inclusive lucros cessantes. Os danos materiais são indenizáveis no limite de R\$25.832.

As modalidades de seguro de responsabilidade civil e risco de engenharia sobre as obras foram contratadas para as empresas dos projetos Ventos de Santa Eugênia e Morro do Cruzeiro. A cobertura dos seguros compreende o reembolso dos dispêndios incorridos na reparação de danos sobre atividades em conexão com o desenho, construção, instalação, montagem e/ou comissionamento, testes e todos os demais serviços relativos ao projeto. As apólices têm vigências de 01 de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2024 e 31 de maio de 2022 a 31 de maio de 2024 para Ventos de Santa Eugênia e Morro do Cruzeiro, respectivamente.

d) Seguro "Performance Bond"

Em janeiro de 2020, a Companhia contratou Seguro Garantia na modalidade de Construtor, como garantia de indenização, até o valor de R\$75.000, dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento do tomador, referente às obrigações assumidas na outorga de concessão ou autorização dos empreendimentos participantes do Leilão de Geração n. 04/2019-ANEEL, durante a fase de execução das obras de construção ou implantação. Tais apólices foram contratadas para os projetos inscritos no referido leilão e possuem vigência até 01 de abril de 2025, em conformidade com as exigências contidas no Edital para o Leilão e os manuais para aporte de garantias.

Em 17 de dezembro de 2021 a Companhia contratou seguro garantia na mesma modalidade para os projetos Morro do Cruzeiro I e II como garantia de indenização dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento do tomador, até o valor de R\$8.400 e R\$5.880, respectivamente, referente às obrigações assumidas na outorga de concessão ou autorização dos empreendimentos participantes do Leilão de Geração n. 08/2021-ANEEL, durante a fase de execução das obras de construção ou implantação. Tais apólices foram contratadas para os projetos inscritos no referido leilão e possuem vigência até 01 de maio de 2026, em conformidade com as exigências contidas no Edital para o Leilão e os manuais para aporte de garantias.

31. Transações não envolvendo caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo reconheceu o montante de R\$ 6.483 no consolidado no grupo de imobilizado referente à juros capitalizados sobre os financiamentos vinculados à construção das usinas que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia, com contrapartida na rubrica de financiamentos do passivo circulante.

32. Eventos subsequentes

a) Aporte de capital

Em 01 de fevereiro de 2024 a companhia realizou o aporte de R\$150.000 como parte do capital que permanecia a integralizar em sua controlada Statkraft Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023.

b) Início da operação – Projeto VSE

Mediante Resoluções Autorizativas da ANEEL, o Grupo iniciou a operação comercial de parte de suas unidades geradoras pertencentes às subsidiárias do projeto Ventos de Santa Eugênia conforme discriminação abaixo:

Statkraft Investimentos Ltda. e Controladas

<u>Controlada indireta</u>	<u>Data da deliberação</u>	<u>Planta</u>	<u>Unidade geradora</u>	<u>Capacidade instalada (MW)</u>
Serra da Mangabeira S.A.	16/05/2024	SM	UG 3	5,70
Serra da Mangabeira S.A.	08/05/2024	SM	UG 4	5,70
Serra da Mangabeira S.A.	11/04/2024	SM	UG 5	5,70
Serra da Mangabeira S.A.	28/03/2024	SM	UG 6	5,70
Serra da Mangabeira S.A.	11/04/2024	SM	UG 8	5,70
Serra da Mangabeira S.A.	28/03/2024	SM	UG 10	5,70
Serra da Mangabeira S.A.	11/04/2024	SM	UG 11	5,70
Serra da Mangabeira S.A.	11/04/2024	SM	UG 12	5,70
Serra da Mangabeira S.A.	02/04/2024	SM	UG 13	5,70
Serra da Mangabeira S.A.	11/04/2024	SM	UG 14	5,70
Oslo I S.A.	28/03/2024	VSE01	UG 1	5,70
Oslo III S.A.	14/03/2024	VSE03	UG 7	5,70
Oslo IV S.A.	05/03/2024	VSE05	UG 4	5,70
Oslo IV S.A.	23/02/2024	VSE05	UG 6	5,70
Oslo VI S.A.	14/03/2024	VSE06	UG 1	5,70
Oslo VI S.A.	05/03/2024	VSE06	UG 2	5,70
Oslo IV S.A.	23/02/2024	VSE08	UG 1	5,70
Oslo IV S.A.	08/03/2024	VSE08	UG 3	5,70
Oslo IV S.A.	16/02/2024	VSE08	UG 4	5,70
Oslo IV S.A.	16/02/2024	VSE08	UG 5	5,70
Oslo V S.A.	08/03/2024	VSE09	UG 1	5,70
Oslo V S.A.	22/03/2024	VSE09	UG 2	5,70
Oslo V S.A.	21/02/2024	VSE09	UG 5	5,70
Oslo V S.A.	21/02/2024	VSE09	UG 6	5,70
Oslo V S.A.	03/05/2024	VSE09	UG 7	5,70
Oslo IX	16/02/2024	VSE10	UG 5	5,70
Oslo IX	17/05/2024	VSE10	UG 6	6,70
Oslo IX	16/02/2024	VSE10	UG 7	5,70
Oslo IX	22/02/2024	VSE10	UG 8	5,70
Oslo VIII S.A.	28/03/2024	VSE11	UG 2	5,70
Oslo X S.A.	14/03/2024	VSE13	UG 1	5,70
Oslo X S.A.	22/02/2024	VSE13	UG 5	5,70
Oslo X S.A.	22/02/2024	VSE13	UG 7	5,70
Oslo V S.A.	08/03/2024	VSE14	UG 2	5,70
Oslo V S.A.	14/03/2024	VSE14	UG 3	5,70
Oslo V S.A.	21/02/2024	VSE14	UG 4	5,70

* * *